

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA -
UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS-CCA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
AGROECOSSISTEMAS - PGA
MESTRADO PROFISSIONAL EM AGROECOSSISTEMAS

**ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO
ENCRUZILHADA NATALINO FASE IV – “FAZENDA
ANNONI” – UM ESTUDO DE CASO**

ALEJANDRA ANAHÍ BAEZ

Florianópolis, agosto de 2011

ALEJANDRA ANAHÍ BAEZ

**ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO
ENCRUZILHADA NATALINO FASE IV – “FAZENDA
ANNONI” – UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Profissional em Agroecologia, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos
Pinheiro Machado Filho

FLORIANÓPOLIS
2011

B142e Baez, Alejandra Anahí

Estratégias produtivas no assentamento encruzilhada natalino fase IV [dissertação] : Fazenda Annoni - um estudo de caso / Alejandra Anahí Baez ; orientador, Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho. - Florianópolis, SC, 2011.

89 p.: grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
2. Agroecossistemas. 3. Produtos agrícolas - Comercialização - Rio Grande do Sul. 4. Assentamentos humanos - Rio Grande do Sul. 5. Reforma agrária - Rio Grande do Sul. 6. Políticas públicas - Rio Grande do Sul. I. Machado Filho, Luiz Carlos Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

CDU 631

TERMO DE APROVAÇÃO

ALEJANDRA ANAHI BAEZ

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO ENCRUZILHADA NATALINO FASE IV – “FAZENDA ANNONI” – UM ESTUDO DE CASO

Dissertação aprovada em 30/08/2011 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro
Machado Filho (UFSC)

Prof. Dr. Alexandre Gui-
lherme Lenzi Oliveira
(UFSC)

Prof. Dr. Clarilton E. D.
Cardoso Ribas (UFSC)

Prof. Mário Luiz Vicenzi
(UFSC)

Florianópolis, 30 de agosto de 2011.

Agradecimentos

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por dar-me esta oportunidade de avançar no conhecimento, aos assentados que me acolheram e que inspiraram este trabalho, à minha família.

Agradeço aos professores da UFSC e PGA e em especial ao LECERA que fizeram parte do curso e também luta pela terra e pela Reforma Agrária através da busca do conhecimento.

À Coordenação pedagógica do curso. Ao meu orientador.
À Marina e ao Professor Ribas.

Reconhecimento especial ao Programa nacional de educação e Reforma Agrária – PRONERA/MDA, cuja homologação deste mestrado profissional possibilitou o Edital MCT/CNPq/MDA/INCRA nº 04/2009 – PRONERA que viabilizou as bolsas de estudo.

Lista de siglas

ANL: Aliança Nacional Libertadora
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT: Comissão Pastoral da Terra
FEE: Fundação de Economia e Estatística (do Rio Grande do Sul.).
IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LECERA: O Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária
MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra
MCT: Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA: Projeto de Aquisição de Alimentos
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PFL: Partido da Frente Liberal
PGA: Pós Graduação em Agroecossistemas
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA: Programa de crédito especial para Reforma Agrária.
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
RA: Renda Agrícola
UDR: União Democrática Ruralista
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

UTH: Unidade Trabalho Homem

VAL: Valor Agregado

Sumário

1. Introdução	18
2. Objetivos	21
2.1. Objetivo geral	21
2.2. Objetivos específicos	21
3. Marco Teórico	22
3.1. Histórico da luta pela terra e Reforma agrária no Brasil	22
3.2. Surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	34
3.3. Linhas políticas do MST com respeito à produção	35
3.4. Histórico da luta pela terra na região e antecedentes históricos do assentamento	36
3.5. Os assentados como camponeses	39
4. Metodologia	44
5. Resultados e discussão	47
5.1. Caracterização do município	47
5.2. Resultados das informações coletadas nas propriedades	49
5.2.1. Pessoas que trabalhavam na propriedade	49
5.2.2. Participação de algum grupo ou associação	51
5.2.3. Características gerais da unidade de produção	52
5.2.4. Aquisição de maquinaria, equipamentos, construção de benfeitorias	53
5.2.5. Produção	55
5.2.6. Retorno por hectare e retorno mensal das principais atividades para comercializar	59
5.2.7. Insumos utilizados e modo de produzir	62
5.2.8. Outras entradas	66
5.2.9. Outros gastos	66
5.2.10. Amortizações	67
5.3. Principais mudanças na produção e orientação para mudança ou manutenção das atividades produtivas	68
5.4. Renda agrícola e dificuldades para alcançar a mesma	70
5.5. Perspectiva para os jovens no meio rural	73

5.6. Sobre as linhas políticas na produção do MST.....	74
6.Considerações finais.....	77
7. Referencias	79
8.Anexos.....	82

Lista de ilustrações

Figura 1: Município de Pontão/RS.....	44
Gráfico 1: Participação em grupo ou associação.....	51
Gráfico 2 : Utilização da área na unidade de produção 2010-2011.....	52
Gráfico 3 : Utilização da área na unidade de produção 2006-2007.....	53
Gráfico 4: Entradas que não proveem da atividade agrícola..	66
Gráfico 5: Linhas políticas do MST respeito à produção com as quais mais se identificaram as famílias.....	76
Quadro 1: Produção para consumo e para comercialização 2010-2011.....	55
Quadro 2: Produção para consumo e para comercialização 2006-2007.....	57

Lista de tabelas

Tabela 1: Principais atividades econômicas do município de Pontão.....	48
Tabela 2: Principais atividades econômicas do município de Pontão 2009.....	49
Tabela 3: Composição familiar e tempo dedicado na propriedade.....	50
Tabela 4. Aquisição de maquinaria, equipamentos, construção de benfeitorias e capital referente ao rebanho.....	54
Tabela 5: Retorno por hectare e mensal das principais atividades para comercializar ano agrícola 2006-2007.....	60
Tabela 6: Retorno por hectare médio e retorno mensal médio das principais atividades agrícolas.....	62
Tabela 7: Gastos que não são da produção.....	67
Tabela 8: Parcelas de empréstimos ou financiamentos pagos no ano.....	67

Tabela 9: Valor Agregado líquido 2006-2007 e a remuneração necessária para a família por ano.....	71
Tabela 10: Valor Agregado Líquido, renda agrícola e renda mínima necessária 2010-2011.....	72
Tabela 11: Renda total.....	73

Resumo

Este trabalho foi realizado no Assentamento Encruzilhada Natalino fase IV – Fazenda Annoni, localizado no município de Pontão, Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo geral foi examinar a trajetória das estratégias produtivas no assentamento Encruzilhada Natalino fase IV – “Fazenda Annoni”, comparativamente às políticas de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos últimos cinco anos e como objetivos específicos levantar as políticas de produção definidas nacionalmente pelo setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST; levantar dados de produção atuais no extrato selecionado; fazer a análise comparativa entre os dados atuais de produção e os coletados há cinco anos, principalmente a renda das famílias; avaliar os possíveis avanços na direção das políticas nacionais e examinar as razões pelas quais não ocorre adesão às mesmas. Na metodologia utilizaram-se questionários semiestruturados onde foi feita uma caracterização sócio econômica das famílias, e um levantamento da produção de subsistência e de comercialização. Complementar a isso foram realizados questionamentos a respeito das possíveis mudanças produtivas durante os últimos cinco anos, principalmente com relação às políticas produtivas adotadas pelo MST. Comparando o valor agregado líquido de cada propriedade com os dados referentes a 2006-2007, todas as famílias melhoraram e conseguiram garantir um salário mínimo mensal para cada pessoa que trabalha na propriedade. Já analisando a renda agrícola, a qual tem em conta as dívidas em investimentos na atividade agrícola, só 30 % das famílias depois de pagar as dívidas, conseguiu garantir um salário mínimo por pessoa que trabalha na propriedade. A atividade leiteira é considerada a atividade que garante a renda mensal da família. Para 80 % das famílias esta atividade deu maior retorno por hectare e 70 % das famílias tiveram maior retorno por mês que com outras atividades agrícolas. Percebeu-se adesão das famílias às políticas de produção

do MST, com respeito a produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e livres de transgênicos na produção para o consumo da família, a diversificação da produção, a ter uma renda mensal, na cooperação através da cooperativa dos assentados ligada à agroindústria e outras associações. Vê-se como possíveis razões da não adesão às políticas nacionais na produção do MST, a frustração das famílias que participavam na produção orgânica, pela falta de valorização e diferenciação do produto orgânico do convencional ou transgênico, a falta de mão de obra, falta de alternativas que sejam o contraponto à produção convencional. Para atuar na região rumo às políticas delineadas pelo MST caberiam retomar as experiências em agroecologias relacionadas à atividade leiteira como renda mensal, e convertendo a monocultura para rotação de cultivos, consorciações e integração lavoura e pecuária.

Palavras chaves: estratégias produtivas, assentamentos, reforma agrária, linhas políticas, MST

Abstract

This work was realized at settle Encruzilhada Natalino phase IV – Anonni Farm, located in Pontão city, Rio Grande do Sul, Brazil. The objective general was to examine the route of the strategy productive at settle cross Natalino IV Anonni Farm comparative the politics of production Movement Rural Worker to settle the landless five years ago and how specify objectives raise the politics of produce define Nationally for sector of production, cooperation and environment of the MST, raise data of current production and the collection there were five years, principally the income of the families value the possible to move in the direction of the politics national and examine the reasons for whom don't occur entry the same. In the methodology used questionnaires half structure where went to become a characterize member economical of the families and a raise production of subsidy and of trade. Supplement o this went to carry true questionnaire about of the possible changes during the last five years principally with relationship the politics production adopt for MST. Comparative the value liquid of each property the datas regarding 2006-2007, all the families improve and get to guarantee a salary minimum monthly to each people that work at property. Already analyze the income agricultural the whom has in account the debts get to guarantee a minimum salary from people that work in the property. The activity dairy milk is consider the activity that guarantee the income monthly of the families. For 80 % of the families this activity got more return for cetare and 70 % of the families had more return for month that with others activities agricultural. Realize entry of the families the politics of productions of the MST, with respect the produce food good and free of poison and genetically modified in production to the consumption of the families the different of the produce the has a monthly improve in cooperation of the settles match the agribusiness and others association. We will see possible

reason don't entry national politics in the produce for lack of values and different of the organic product of the conventional or genetically modified of lack hand work of alternative that were the annoyance the conventional products. To perform in the region direction the politics definitive for MST would fit resume the experience in agroecology relationship the activities milk with improve monthly and turn the monoculture to rotation of cultivation consortium and integration farm work and cattle raising.

Key words: strategy productive, settle, (settle) agrarian reform, lines politics, MST.

1. Introdução

A presente dissertação seguiu-se a partir da monografia desenvolvida durante o Curso de especialização em Agroecologia apresentada em 2008, considerando questionamentos de implantação de políticas de produção, adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No assentamento onde foi realizada a pesquisa podia se perceber que as famílias agricultoras tinham como principal atividade agrícola a produção de grãos principalmente a soja. Esta cultura era a que ocupava mais área plantada dentro dos assentamentos, com uma produção a base de insumos de síntese química, utilização de maquinaria pelo que dispensava a força de trabalho familiar e utilização de sementes transgênicas, ou seja, nesta cultura estava representado o modelo de agricultura convencional e do agronegócio, oposto a um modelo de agricultura familiar e que respeite o meio ambiente. Devido ao alto custo de produção da cultura de soja e a aparição de doenças cujo controle tornou-se cada vez mais caro e ineficiente, os agricultores familiares diminuíram a área plantada de soja para aumentar a área destinada ao gado de leite, que em muitos casos se tornou a única atividade a trazer renda mensal para os agricultores. Neste sentido como tem apontado na monografia citada anteriormente (BAEZ, 2008), a atividade leiteira permite que a maioria das famílias se viabilizem economicamente, e consigam se reproduzir socialmente e que reproduzam o seu patrimônio deixando-o para as gerações futuras. No trabalho mencionado, as famílias que conseguiram viabilizar-se foram aquelas que praticaram a integração animal e vegetal, através da produção de leite à base de pasto com poucos insumos sintéticos que vem do exterior da propriedade. Também foi realizado um estudo da correlação da renda obtida com a cultura da soja, e a renda em função da produção de leite. A primeira mostrou uma correlação negativa com a renda, ou

seja, em quanto às famílias mais insistiram no plantio da soja e o modo de produzir com alto uso de insumos menor era a renda. E ao contrário ocorria com a produção de leite, demonstrando que as famílias que optaram por esta atividade obtiveram melhor renda. Nesse trabalho também apareceram outros produtos relacionados com a renda, como a produção de hortigranjeiros e seus derivados, sendo que estes produtos não tinham grande peso na renda da família, mas que complementavam as principais atividades.

Nestes últimos anos tem aumentado o interesse por parte dos agricultores familiares em comercializar os seus produtos que antes só era para o consumo da própria família através do apoio das políticas de incentivo à produção da agricultura familiar como as políticas para combater a fome no país entre elas Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), se abre uma possibilidade concreta para diversificar a produção e comercializar. Esses produtos que eram só para consumo da família, agora para muitas famílias representam a forma de aumentar a renda familiar.

O presente trabalho procura se alinhar às políticas nacionais de produção do MST, principalmente a da diversificação da produção. Isso possibilitaria às famílias melhorarem sua renda e, por conseguinte, melhorarem as suas condições de vida, demonstrando que é possível produzir alimentos saudáveis e nutritivos, livres de agrotóxicos para a população. Através desses produtos estas famílias conseguiram viabilizar-se economicamente, contribuindo para o debate que já existe na região sobre a geração de renda mensal nos assentamentos e a implantação dessas políticas. Outro motivo que levou a realizar a pesquisa é que a autora reside e trabalha em assentamento da reforma agrária e em particular trabalha com agricultores que estão apostando na diversificação da renda como forma de viabilizarem-se economicamente, e que seus filhos também consigam viver das atividades agrícolas com dignidade.

Uma das hipóteses que se tem é que os assentados que optam por este tipo de produção, integrando atividades dentro de sua propriedade, têm que obrigatoriamente organizar a sua própria produção, planejar-se para conseguirem dar continuidade à mesma e lograrem aumentar assim as suas rendas mensais. Por isso se toma como hipótese que através destas atividades as famílias conseguem viabilizar-se economicamente e, portanto reproduzirem-se socialmente.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Examinar a trajetória das estratégias produtivas no assentamento Encruzilhada Natalino fase IV – “Fazenda Annoni”, comparativamente às políticas de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos últimos cinco anos.

2.2. Objetivos específicos

- levantar as políticas de produção definidas nacionalmente pelo setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST.
- levantar dados de produção atuais no extrato selecionado.
- fazer a análise comparativa entre os dados atuais de produção e os coletados há cinco anos.
- avaliar os possíveis avanços na direção das políticas nacionais, tendo em vista a renda das famílias.
- examinar as razões pelas quais não ocorre adesão às políticas nacionais.

3. Marco teórico

3.1. Histórico da luta pela terra e a reforma agrária no Brasil

A luta pela terra no Brasil começa junto com a chegada dos portugueses. O território foi dividido em capitanias hereditárias entregues em concessão aos nobres portugueses, os donatários. Estes podiam entregar parcelas de terras, as sesmarias, a pessoas que quisessem produzir nelas. Assim vieram uns poucos colonos portugueses que foram se apropriando das terras dos índios e tentando escravizá-los. Lógico que os nativos do Brasil reagiam, mas muitos eram tornados cativos. Como principais resistências à escravização e luta pela terra teve a organização em grupos de tribos e combate aos invasores, como a confederação dos tamoios, na guerra dos bárbaros, comandados pelos cariris no nordeste do Brasil. No século XVIII também cabe ressaltar a guerra dos guaranis comandada por Sepé Tiarajú atualmente na região de São Gabriel, Rio Grande do Sul. Em 1.750 com o Tratado de Madri as missões jesuíticas que na época pertenciam ao território espanhol, passam a estar em território português, e nesse tratado as missões jesuíticas teriam que migrar para o território espanhol (cruzando o Rio Uruguai), deixando a terra onde tinham construído as suas moradas e tinham os seus cultivos e criação de gado. Os guaranis se recusaram a deixar a sua terra e deram início à guerra que durou desde 1753 a 1756. O seu líder Sepé de Tiarajú deixou claro para as tropas portuguesas e espanholas que não iam sair de sua terra e resistiram até fevereiro de 1756, quando Sepé e 1500 guerreiros foram massacrados. Sepé Tiaraju morreu em combate em 7 de fevereiro de 1756 na entrada de São Gabriel. Os sobreviventes, guaranis e os padres jesuítas foram para o Paraguai. Os portugueses deixam de escravizar aos índios e decidem trazer escravos africanos. A forma de lutar que tinham os

escravos africanos era fugindo das fazendas e formando os quilombos, como Palmares, onde moravam 20.000 pessoas.

Com modelo de produção implantou-se o que se conhece como plantation, isto é, combinação de grandes latifúndios e monoculturas no modelo agroexportador, principalmente cana de açúcar. Posteriormente outras culturas como algodão e tabaco, para exportar para Europa, e extração de minérios como o diamante. O algodão era exportado para as fábricas têxteis na Inglaterra, que nessa época estava em plena Revolução Industrial.

“Em 1759 foi declarado o fim das capitânias hereditárias e com isso a Coroa portuguesa tornou-se a única autoridade na Colônia Brasileira.” (MORISSAWA, 2001, p.63)

Na época do Império tomavam relevância as ideias liberais contra o poder centralizador, o voto censitário e o unitarismo (o governo central manda nos poderes locais). As revoltas contra o Império foram abafadas. Nessa época, séc. XIX, o café se tornou a principal riqueza dos fazendeiros e Pedro II - que apoiou os cafeicultores - ficou no poder por 50 anos sem maiores revoltas, só teve uma revolta em 1848-1850 na Praieira, Pernambuco, contra o excessivo poder do governo central e a ampliação dos direitos dos cidadãos e pela distribuição de terras às famílias pobres, entre outros direitos, mas o Império não atendeu a esses pedidos.

O império sofria a pressão de outras nações para que o Brasil abolisse a escravidão, principalmente da Inglaterra, que enxergava os escravos depois de livres como potenciais consumidores de seus produtos manufaturados (já que o Brasil dessa época não tinha indústria, e por isso era provedor de matéria prima). Prevendo que com a abolição da escravatura os fazendeiros não teriam mão de obra para trabalhar nas suas fazendas de café, então a Coroa e os grandes latifúndios da época, incentivaram a vinda de imigrantes europeus. Esses viam com a promessa de conseguir terra no “Eldorado”. Mas com o fim da escravatura forma-se um grande contingente de

ex-escravos que também iriam por procura de terra. É por isso que em 1850 a Coroa Brasileira promulgou a lei das terras, pela qual só podia adquirir terra quem pudesse comprá-la e pagar os impostos e taxas à Coroa. Assim muitos imigrantes se obrigaram a entrar nas fazendas de café e trabalhar em forma de Colono¹ com a ilusão de conseguir dinheiro para comprar terra. Os ex-escravos também tiveram que vender sua força de trabalho, principalmente nas cidades portuárias. Até então as terras eram da coroa portuguesa, mas com essa lei se abriam as portas para a privatização das terras, a terra virava mercadoria.

No período denominado Brasil republicano “o novo sistema de Governo foi resultado de uma campanha que durou 20 anos e caminhou junto com a abolicionista” (MORISSAWA, 2001, p.75). Deu-se o fim da monarquia e o fim da escravatura. Em 15 de novembro de 1889, Deodoro Fonseca comanda o golpe militar que depõe a monarquia.

Durante as primeiras três décadas que se denominou República velha a situação era a mesma, políticas voltadas para beneficiar os latifundiários. Por isso o governo não tinha só contra ele os camponeses, mas também o setor industrial. Os acontecimentos mais importantes nesse período foram a I Guerra Mundial (1914-1918) a Revolução Russa e a Queda da Bolsa de New York em 1930, fatos que tiveram influência no Brasil. Desde o início do século XX, forma-se um movimento anarquista nas fábricas. O movimento anarquista vem através dos imigrantes europeus que trazem essas ideias, principalmente os italianos. Estes defendiam uma sociedade igualitária onde a propriedade dos bens é coletiva, todos são livres e trabalham igualmente, não existem os partidos políticos. Carecem, entre-

¹ Relação de trabalho em que os imigrantes europeus recebiam, por contrato, uma área de cafezal com 5 mil pés, para cuidar e colher. Toda a produção era entregue ao latifundiário. Eles recebiam em troca pagamento em dinheiro, uma casa e de 1 a 5 hectares para produzir a sua subsistência. Essa relação existiu até 1960 onde os colonos foram substituídos por assalariados rurais ou bóias-frias. (MORISSAWA, 2001, p.249)

tanto, de maior organização. Em 1922, intelectuais e líderes anarquistas fundaram o PCB, que viria a se tornar uma força contrária ao latifúndio.

Em 1920 se vivia um descontentamento com respeito às políticas de valorização do café que favorecia aos grandes cafeicultores. E também tinha um descontentamento das outras elites.

Depois da Revolução Russa criou-se o PCB onde também colocavam a questão da concentração da terra. Também neste período surge o Tenentismo: movimento dos setores militares na luta contra o governo (1920). Era um momento de mobilizações e manifestações de operários, artistas e militares.

Com a caída da bolsa de New York, teve uma crise mundial e também foram afetados os cafeicultores já que houve superprodução e não se podia vender para os países Europeus nem Estados Unidos.

A República populista (1930-1964) a “era de Vargas” se favorecia uma nova classe hegemônica do país formada pelo setor do empresariado industrial e com a participação do tenentismo. Mas continuou a concentração de terras em mãos das oligarquias do café e pecuária.

Houve industrialização por parte do Estado, instalação das indústrias base. Em 1935 os comunistas, e como representante Luis Carlos Prestes, formam a Aliança Nacional Libertadora (ANL) frente popular que exigia a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária e a defesa das liberdades individuais. O plano era destituir Vargas e estabelecer um governo revolucionário e popular, diretamente vinculado com a União Soviética. Por isso mesmo Vargas tornou a ANL ilegal fechando todas suas sedes. Em 1935 o PCB realizou a intentona comunista contra o governo, mas era frágil e não conseguiu derrotá-lo. Em 1937-1945 foi eleito novamente Vargas estabelecendo o Novo Estado e prevalecendo as ideias fascistas, isto é, a sociedade deveria ser regida por um líder supremo, e os interesses do estado estavam acima dos interesses particulares,

ou seja, opostas às ideias comunistas. No seu governo Vargas se tornou popular pelas medidas que beneficiavam aos trabalhadores como a jornada de 8 horas, salário mínimo, férias pagas, aposentadoria, proibição do trabalho de crianças. Mas essas medidas abafaram os trabalhadores da cidade, e nessas medidas não estavam contemplados os trabalhadores rurais.

Neste período só o partido comunista dentro de seu programa de governo, contempla a reforma agrária, mas os governos de Vargas e Juscelino Kubitschek só pensam nas classes que dominantes como os latifundiários e posteriormente a crescente indústria nacional. Só no governo de Goulart 1961 em um período de efervescência das lutas camponesas e operárias que surgem as chamadas reformas de bases uma das quais era a reforma agrária, onde tinha como proposta a desapropriação nos 100 km aos lados das principais rodovias e desapropriação de latifúndios improdutivos. Defendiam também as indústrias nacionais.

A concepção que eles tinham era que com a Reforma Agrária, teria um mercado consumidor e por tanto desenvolvimento industrial. Por medo ao comunismo (a Revolução Cubana era recente) e para abafar os conflitos agrários, em 1963 se criou o Estatuto do trabalhador rural onde outorgava aposentadoria por invalidez ou velhice para os trabalhadores rurais.

Em 13 de março de 1964 foi realizado um grande comício para anunciar as reformas de base. Era uma época de grande mobilização e no campo como movimento camponês já se encontravam as ligas camponesas. Mas em 1º de abril teve o golpe militar pelo qual Goulart não pode aplicar as reformas de base.

Desde 1888 até 1964 (golpe militar) teve lutas pela terra denominadas segundo seu caráter como lutas messiânicas, lutas radicais e espontâneas, e lutas organizadas com caráter ideológico e de alcance nacional.

Nas lutas messiânicas (1888-1930), sempre havia um líder messiânico através da fé. As mais importantes foram em

Canudos (Bahia) com Antonio Conselheiro (1893-1897) e Guerra de Contestado (1912-1916) com o Monge Jose Maria em Santa Catarina. Em ambas as lutas estes líderes conseguiam reunir famílias sem terra que tinham sido desapropriadas, como em Contestado onde o governo deu as terras a uma companhia estrangeira. Esses líderes eram acusados de querer de volta a monarquia e por tanto foram perseguidos, até o ponto de massacrar ao povo que lhes seguiam.

Com respeito às lutas radicais, espontâneas e localizadas, tem em comum que essas lutas se deram também por famílias que eram posseiros desapropriados de terras devolutas, em alguns casos se organizando para lutar pela terra contra o governo principalmente, onde este desapropriava às famílias outorgando terras às empresas estrangeiras se valendo para isso das tropas militares e jagunços através da violência. Assim foi o caso dos posseiros da rodovia Rio-Bahia (1957), posseiros no nordeste do Espírito Santo, trabalhadores que tinham ido para o norte de Goiás na transbrasiliana, nas terras fluminenses, no Maranhão e também em São Paulo. Muitos desses movimentos tiveram o apoio do PCB para sua organização formando em muitos casos associações de lavradores. Alguns conseguiram que o governo outorgasse as terras.

Nas lutas organizadas os camponeses se identificam como classe. 1954-1964. Neste período tem relevância as Ligas camponesas, no estado de Pernambuco. Em 1955 os donos dos engenhos aumentaram o preço do foro ou aluguel da terra e expulsaram as famílias das terras. Essas famílias logo começaram a se organizar-se como representante elegeram ao advogado Francisco Julian do PSB é o representante da organização. Realizaram diversas ocupações e é assim que a organização começa a ter consciência camponesa e luta pela reforma agrária radical. O PCB e a Igreja defendiam uma Reforma Agrária por etapas, com indenizações aos proprietários, etc. Com o golpe militar Julian e outros camponeses são perseguidos.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB criada pelo PCB coordenou as associações de camponeses e criava as condições para uma aliança política entre camponeses e operários. Seus representantes Lindolfo Silva e Nestor Veras sequestrados na ditadura militar.

O Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER foi criado ao final de 1950 no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros em Encruzilhada do Sul. Em 1962 começam os acampamentos com o apoio do PTB de Brizola. Como representantes teve João Sem Terra em Porto Alegre, Jair Calixto em Nonoai e Muller na região de Cachoeira e Encruzilhada do Sul.

Cabe destacar também que na época de Jango se criaram os sindicatos e em 1963 a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

Antes do golpe militar do 1º de abril de 1964, o governo de Goulart, tinha proposto as reformas de base, uma delas a reforma agrária. E também é propício lembrar que todas as revoluções socialistas no mundo como primeiro ato de governo foi a reforma agrária, relacionado com o Brasil, o golpe militar veio para combater o comunismo no campo e na cidade, e para os latifundiários isso era benéfico já que não teria reforma agrária. Nesta época foram perseguidos, torturados, mortos e desaparecidos em mãos dos latifundiários apoiados pelos militares muitos camponeses pertencentes às Ligas Camponesas ou do Master. As organizações de trabalhadores rurais foram fechadas e os poucos sindicatos que ficaram só tinham atividades assistencialistas e burocráticas.

Cabe trazer à memória os fatos acontecidos no período de governos militares, com golpe militar de 1964 se abafam os movimentos sociais que estavam em plena efervescência, tanto no campo como na cidade. E como os governos militares se tratavam de legitimar através de partidos como o Arena, mesmo assim depois na “democracia” com o PFL.

No meio deste cenário um fato curioso para a questão agrária é que no primeiro governo militar com Castelo Branco retomou a proposta de reforma agrária do governo de Goulart e promulgou o Estatuto da Terra, primeira lei de reforma agrária. Mas esta claro que isso foi para abafar os movimentos rurais, os conflitos pela terra da época e por medo à revolução socialista que em outros países já tinha acontecido (Cuba, 1959). Também foi criado o IBRA (Instituto Brasileiro de reforma Agrária) que depois se tornaria INCRA.

Dentre os pontos mais importantes do Estatuto da Terra foram introduzidos novos conceitos como minifúndio que é área com tamanho menor da que teria que ter uma família para conseguir o seu sustento e progredir economicamente. Módulo rural que é a área mínima para que a família consiga esse sustento e progrida economicamente. Este módulo rural varia segundo a região. Empresa rural é a propriedade que não ultrapasse 600 vezes o módulo rural e fosse explorada ocupando mais de 50 % total agricultável. E se não fosse explorada em seu todo era latifúndio por exploração. Ou latifúndio improdutivo. Latifúndio por dimensão é qualquer área que ultrapasse 600 vezes o módulo rural produtivo ou não.

A lei instituiu a desapropriação de latifúndios e minifúndios. O proprietário só teria direito a receber uma indenização pelas benfeitorias. Também se criou o Imposto Territorial, até agora nenhum latifundiário havia pagado impostos. E foi definida a função social da terra, cumpre-se esta quando o proprietário que utilizasse a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional, e adequada e cumpre com a legislação trabalhista.

Mas o Estatuto da Terra não se cumpriu, não foram feitas desapropriações nas áreas de conflito, só foram criados uns poucos projetos de colonização, para abafar os conflitos pela terra. Assim saíram projetos de colonização na Amazônia com ideia de ocupa-la e de “protegê-la” de invasores estrangeiros. De todas as maneiras esta área já tinha sido entregue para em-

presas estrangeiras que construíam estradas, hidroelétricas. Tampouco não tinham em conta que estavam entregando terras para ser colonizadas que já eram ocupadas por povos indígenas.

Esses projetos de colonização não deram certo tanto que em 1974 no governo de Geisel se outorgavam as terras às empresas. Mas os conflitos por terra cresceram e a violência nessa região também. Conflitos entre os camponeses, grileiros, empresas e o governo por trás dando apoio as grandes empresas. É tanto assim que até agora foi cenário de assassinatos de camponeses ou de pessoas ligadas à igreja, sindicatos que apoiam aos camponeses e lutam pela reforma agrária.

As lutas pela terra na ditadura militar ainda que fortemente reprimidas não parassem. Destacam-se em 1970 as lutas dos posseiros do norte e centro oeste, pessoas expulsas de suas terras. E também o caso dos sem terra do sul do país. Neste período surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em apoio aos Sem Terra do Brasil.

A partir de 1985 é o período da “nova república”, Sarney assume o governo depois do falecimento de Tancredo Neves, Sarney ex-presidente do partido Arena e representante do latifúndio do norte. Tancredo tinha convidado a José Gomes da Silva considerado uma autoridade na questão da reforma agrária, ele apresentou para o presidente o PNRA ou Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual beneficiava aos posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. O objetivo do PNRA era a execução do Estatuto da Terra. Mas a proposta que o presidente Sarney aprovou era muito distinta daquela que tinha sido formulada por Gomes da Silva, pelo que ele se retirou do governo. Naquele momento os latifundiários criaram a UDR (União Democrática Ruralista) que ganhou várias bancadas no Congresso Nacional, assim freando a execução do mesmo. Eles faziam a falsa propaganda entre grandes, meios e pequenos proprietários dizendo por todos os lados que ia se desapropriar qualquer terra sendo ou não produtivas e

não importando seu tamanho. Dessa forma conseguiam o descontente dos proprietários de terra. Com a Constituinte de 1988 se reformulou novamente o Estatuto da Terra em favor dos latifundiários, principalmente em relação à desapropriação, antes qualquer latifúndio podia estar sujeito à desapropriação, mas agora só podiam ser desapropriados os latifúndios considerados improdutivos. Conceito este amplo e complexo, dando margem aos latifundiários a recorrerem aos pedidos de desapropriação.

O governo de Collor de Mello foi caracterizado pela grande inflação, privatização, corrupção e o liberalismo, ou seja, entrada livre de produtos estrangeiros. Na questão agrária a resposta foi repressão aos sem terras. Quando Collor foi expulso do governo, assumiu o seu vice, Itamar Franco para acalmar a situação. Continuou com a política de privatizações, mas com altíssima inflação, até que com o seu ministro da fazenda implantaram o Plano Real e diminuiu a inflação. Nas políticas agrárias, foi aprovada a Lei Agrária (Lei 8.629) que reclassificava as propriedades. Assim ficou definido minifúndio como dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; pequena propriedade, a compreendida entre 1 a 4 módulos rurais; médias propriedades entre 5 a 15 módulos rurais e grandes propriedades mais de 15 módulos rurais. O módulo rural varia de acordo à região entre 5 a 110 hectares. Foram redefinidas as grandes propriedades produtivas como as que produzem acima da média regional e as improdutivas as que produzem abaixo da média regional, estas últimas sujeitas à desapropriação. “ Assim como o Estatuto da Terra, a Lei Agrária foi criada para controlar pelo menos momentaneamente as lutas pela reforma agrária”(MORISSAWA, 2001, p.110)

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) continua a política de privatizações, no nível das políticas para os trabalhadores neste governo é quando se estabelece a aposentadoria por tempo de contribuição. Em termos de reforma agrária, esta é para o governo mais uma política compensatória

para os camponeses. Através da reforma agrária se perseguia o desenvolvimento da agricultura familiar, diminuindo a insegurança alimentar, reduzindo os conflitos do campo. Mas para os pensadores do governo a agricultura familiar não representava grande peso na balança econômica do país, era a menor população. Para estes o único modelo viável no campo era (e ainda seguem pensando e defendendo isso) o agronegócio. Por tudo isto é que por mais que o governo fizesse propaganda que ia assentar 280.000 famílias (20% do que previa o Plano de Reforma Nacional) não foi assim. Os assentamentos nesse período, mais uma vez foram conquistados através da luta pelo Movimento dos Sem Terra.

Neste governo surge a chamada reforma agrária de mercado. Isto é as associações dos trabalhadores rurais podiam financiar compra de terra. Esse recurso obviamente vinha do Banco Mundial, mais uma vez o Brasil dependendo economicamente do mesmo. É assim que em 1998 surgiu o Banco da Terra. Só que os agricultores que compravam a terra por esse método, não tinham mais acesso aos recursos de implantação da reforma agrária como o fomento, alimentação, crédito habitação, (que são os primeiros recursos que os novos assentados recebem para ajudar na sua estruturação) e nem ao Procerá², só ficando com o Pronaf³.

² Programa de crédito Especial par Reforma Agrária (PROCERA), “criado em 1985 pelo Conselho Nacional Monetário, com o objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícolas dos assentados de Reforma Agrária, com sua plena inserção no mercado e assim permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999, p.1)

³ “criado em 1995 e tinha como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar de forma a integrá-lo à cadeia do agronegócio proporcionando aumento de renda agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiar e de sua família.” (FILHO, s/d).

Desta maneira o governo já que colocou esta possibilidade para os agricultores, deixa de fazer desapropriações dos latifúndios improdutivos e que não cumpre a sua função social, a escusa é que não tem dinheiro para indenizar aos proprietários das fazendas desapropriadas, já que o recurso está sendo utilizado para o Banco da Terra.

Com a eleição de Lula em 2003 se renovam as esperanças sobre a possibilidade concreta de assentar as famílias sem terra. É assim que muitas famílias vão acampar, com a ilusão que seria feita a Reforma Agrária. Os movimentos sociais também pressionaram para fazer um novo plano de reforma agrária, prevendo o assentamento de um milhão de famílias. Uma vez pronto o II PRNA, não foi aprovado. A frustração foi maior já que no Governo Lula foram assentadas menos famílias que no governo de Fernando Henrique Cardoso. “ No penúltimo ano de governo de Lula foram assentadas pouco mais de 50.000 famílias. No último ano não chegou a 30.000.”(AFONSO, 2011, p 1). Esses assentamentos ocorriam na sua maioria na Amazônia e não em outras áreas de conflito, o que demonstra que como cita AFONSO, 2011, que a reforma agrária tinha dois princípios: não fazê-la nas áreas onde domina o agronegócio, e fazê-la nas áreas onde pudesse expandir o agronegócio. Ainda este autor cita que os latifundiários não tem o que se queixar com o governo de Lula já que se beneficiaram com os investimentos, se manteve a medida provisória 2183/56 de Fernando Henrique Cardoso que proibia a vistoria pelo INCRA as áreas que tinham sido ocupadas pelo sem terra, não foram modificados os índices produtivos pelo que se pode dizer se um latifúndio é produtivo ou não. Além de aprovar a lei dos transgênicos, legalizar os grileiros na Amazônia, entre outros.

Assim uma vez mais as famílias sem terra ficaram relegadas, entrando num novo governo com a esperança de serem assentadas.

3.2. Surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, é a continuação das lutas das Ligas Camponesa e do MASTER, abafadas pelo golpe militar de 1964. Tem as mesmas características que esses movimentos, pois surge da própria luta pela terra e procura a reforma agrária contra a classe dominante. Em 1970 depois da política de modernização do campo levada pelos governos militares no sul do país, isto é mecanização pesada, uso de insumos químicos, modernização dos latifúndios, monoculturas como a soja e o trigo, traz como consequência o êxodo rural dos camponeses para as cidades. Na década de 1970 a indústria absorvia essa mão de obra até final desta década em que teve crise, expulsando novamente aos trabalhadores que tinham ido para trabalhar às cidades. E muitas das famílias foram para outros estados nos chamados projetos de colonização junto com os despejados de áreas para realizar grandes obras como hidroelétricas, rodovias etc. Mas muitos voltaram já que não encontraram condições para viver dignamente e produzir. Todas essas famílias que ficaram sem terra, sem emprego, para onde iriam, o que fariam de suas vidas? Foi assim que começaram a se mobilizar os sem terra, com a ajuda da Igreja progressista, CPT e assim como se originou a semente do MST, principalmente na ocupação das fazendas Macali e Brilhante em 1979, pertencentes a antiga Fazenda Sarandi, área emblemática na questão dos conflitos e luta pela terra, localizada na região norte de Rio Grande do Sul. Enquanto isso outras ocupações estavam acontecendo nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso, forjando um movimento a nível nacional unificado nos seus princípios e lutas, caracterizando ao movimento de classe.

3.3. Linhas políticas do MST com respeito à produção

Fazendo uma leitura desde o Congresso nacional do MST de 1995, 2000 e 2007 e tendo como base a proposta de 2009 de Reforma Agrária Popular na qual “faz parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e fundamentalmente da alteração da atual estrutura de produção e a relação do ser humano com a natureza”, pode-se citar os principais pontos na questão da produção:

- soberania alimentar, produzindo alimentos de qualidade, desenvolvendo os mercados,
- preservar a biodiversidade vegetal, animal e também cultural. Para isso deve-se preservar e incentivar o uso de sementes crioulas e combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes;
- incentivar as diversas formas de cooperação como mutirões, associações, cooperativas, formas tradicionais de organização comunitária entre outras;
- promover uma agricultura diversificada, rompendo com as monoculturas, buscando uma agricultura sustentável sem agrotóxicos nem transgênicos, gerando alimentação saudável;
- agroindústrias nos locais próximos à produção ou nos assentamentos, servindo como geração de empregos, principalmente para jovens e mulheres. Estas agroindústrias devem estar ao comando dos mesmos assentados e através de cooperativas e também perseguir uma produção orgânica e/ou agroecológica;
- gestão das empresas sociais;
- difundir as práticas de agroecologia e técnicas agroecológicas em equilíbrio com o meio ambiente.
- comercialização dos produtos da reforma agrária nos programas para combater a fome no Brasil, como programas PAA e PNAE, ademais de comercializar os seus produtos em feiras. Para isso o governo também deverá ajudar a que os assentados consigam ter uma infraestrutura mínima para o trans-

porte, embalagens entre outros e ajudar na adequação das normas exigidas pela legislação sanitária dos produtos assim como uma desburocratização da mesma.

- plano de capacitação e formação dentro desse novo modelo de produção perseguido.

- pesquisa agropecuária adequada a cada região procurando o aumento da produtividade, através de novas técnicas que respeitem o meio ambiente,

- assistência técnica gratuita que atenda os diversos aspectos e demandas dos assentados e que seja capacitada para um novo modelo de produção.

- políticas públicas que garantam o preço maior que o custo de produção para todos os produtos, incentivo à produção de alimentos, compra dos produtos oriundo da reforma agrária, crédito orientado a novas experiências produtivas, seguro agrícola.

3.4. Histórico da luta pela terra na região e antecedentes históricos do assentamento

Na região norte do estado tornou-se de grande expressão a questão agrária. Os Sem Terra que ocuparam a Fazenda Annoni são provenientes da exclusão social que teve início na mesma colonização onde primeiramente, foram se ocupando as terras mais férteis, as áreas de campo e posteriormente as áreas de mato, localizadas no planalto médio. Também foram ocupadas as áreas de reservas indígenas. Até 1920-1930 o excedente de população rural conseguia terra graças à expansão agrícola. Logo com o esgotamento das terras e mecanização foram deslocando-se as cidades.

A partir da década de 1950 e 1960 se deu a concentração de terras pelos granjeiros, alguns agricultores familiares e empresários, conseguiram arrendar primeiramente e posteriormente comprar mais terra. Somado à modernização da agricultura através do uso da mecanização, produção de trigo e soja e

políticas públicas como crédito, ocasionando assim a concentração de terras e o excedente de sem terras que começam o êxodo para a cidade ou em procura de novas fronteiras agrícolas. Os pequenos agricultores que ficaram com terra na sua maioria foram em minifúndios não conseguindo a reprodução social da unidade de produção familiar.

Como área emblemática se encontrava a Fazenda Sarandi, de suma importância por convergir todos esses conflitos e a luta pela terra. Esta área foi herança da coroa portuguesa que no século XIX já tinha 71.160 hectares cuja proprietária era a família Vergueiro. Em 1906 foi comprada pelos uruguaios Mailhos, Lapido e Mourino onde extraíam o lucro da pecuária e madeiras. Em 1917 a 1924 se estabelece a Colonia Sarandi e em 1944 Ernesto Annoni comprou 16.845 hectares. Em 1962, o governo de Leonel Brizola desapropria uma área de aproximadamente 22.000 há para reforma agrária, coisa que não se cumpriu já que duas glebas foram arrendadas para dois empresários. Cabe lembrar que a partir de 1964 as lutas dos movimentos sociais foram fortemente reprimidas pela ditadura militar ficando relegadas quaisquer lutas pela terra. No final da década de 1970 coincidindo com o re-ascenso das massas e as lutas são ocupadas essas duas áreas as Fazendas Macali e Brilhante pertencentes à Fazenda Sarandi pelas famílias que tinham sido despejadas da reserva indígena de Nonoai. Assim reinicia a luta pela terra no Rio Grande do Sul. Paralelamente em fins da década de 1960 inicio da década de 1970 foram desalojados cerca de 600 famílias de pequenos agricultores para a construção da barragem do Passo Real. Em razão disso iniciou-se um processo de desapropriação da Fazenda Annoni (que antes fazia parte da Fazenda Sarandi) para re - assentamento das famílias do Passo Real. Em 1974 o INCRA já tinha assentado 54 famílias e logo depois os proprietários entraram na justiça contestando a desapropriação pelo que o processo foi parado por treze anos.

A partir de 1981, foram aumentando as famílias sem terra entusiasmadas pela vitória das famílias que ocuparam as Fazendas Macali e Brilhante, se aglutinaram no acampamento Encruzilhada Natalino. Algumas famílias foram assentadas. Cabe destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se criou em janeiro de 1984, sendo que já tinha acontecido o primeiro Encontro Estadual e realizado outras ocupações para pressionar ao governo. As lideranças faziam a análise e avaliação das lutas acontecidas até agora e chegaram à conclusão que se com poucas famílias que ocuparam áreas foram assentadas em menos de um ano, com um acampamento de maior número de famílias teria resultados com maior rapidez. É assim que em 29 outubro de 1985, 1500 famílias oriundas de 32 municípios do Alto Uruguai ocuparam a Fazenda Annoni sendo liberada um ano depois. Estas famílias resistiram, o governo queria assentá-las nos estados de Mato Grosso e Goiás, mas eles queriam ser assentados no próprio estado. Assim teve um período de ocupações ao INCRA, de romarias, caminhadas e também de produção para seu auto-sustento quando as famílias se dividiram em 16 áreas para ocupar toda a Fazenda Annoni, e praticar o pré-assentamento, praticar as ações coletivas na produção. Cabe destacar que atualmente as famílias assentadas no assentamento Encruzilhada Natalino fase IV ainda mantêm essa divisão por áreas que seriam os assentamentos, já para o INCRA a divisão da Fazenda Annoni ficou da seguinte maneira: Encruzilhada Natalino Fase I/Passo Real que foi a área para reassentar as famílias atingidas pela Barragem do Passo Real. Encruzilhada Natalino Fase II/Holandês, cujas terras foram as melhores, Encruzilhada Natalino Fase III/Rio Bonito, onde foram assentados os parceiros ou trabalhadores da fazenda. Estas áreas depois da desapropriação da fazenda não demoraram em sair e receberam lotes de acordo com o módulo da região entre 20 a 30 hectares e os primeiros créditos para se estruturar. O restante da área da fazenda onde estavam as famílias sem terra organizadas pelo MST foram assentadas num

período de 1989 a 1993. Quando foram assentadas as 220 famílias que era a capacidade do assentamento, ainda faltavam umas famílias as quais não quiseram ir para outras regiões, fazendo um acordo entre o MST e INCRA para serem assentadas ali, pelo que significava ganhar lotes de área menor que o módulo regional, pelo que ficaram entorno de 15 hectares para cada família. Foi assim que se originou a Encruzilhada Natalino Fase IV, sendo as terras mais degradadas sem contar que as famílias quando chegaram a seu pedaço de chão já tinham perdido ou desgastado quase todos seus pertences o que dificultou o início das atividades produtivas e estruturação do lote.

Este assentamento tem uma grande relevância já que junto com os assentamentos Macali e Brilhante localizados também na região são o marco histórico da retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul.

“A partir destes conflitos pela terra se estrutura, organiza, espalha-se e consolida-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas práticas em todo o território nacional.” (BONAVIGO, BAVARESCO, 2008, p. 31).

3.5. Os assentados como camponeses

Chama a atenção a razão pela qual as famílias assentadas na região, onde se encontra toda uma estrutura e incentivo para a produção e comercialização de soja, como mecanização do plantio, e quando no ciclo os preços da cultura são altos, ainda essas famílias continuam mantendo uma produção diversificada, característica própria do campesinato. Por que não plantam somente soja e entregam diretamente a suas terras aos arrendatários de soja e ao agronegócio? Porque através de todas as dificuldades como preço baixo de outros produtos agrícolas, altos custos de produção, falta de alternativas, falta de infra-estrutura produtiva, etc. estas famílias não deixam de morar no assentamento, no campo? Nestes últimos anos depois

da explosão dos preços da soja, especialmente nos primeiros anos da década de 2000, onde muitos apostaram nela e se dedicaram a esta cultura e vendo que não era a solução porque a soja tem seus ciclos e quem maneja os preços é o mercado, ainda se procurou outras atividades produtivas para continuar no seu lote, diminuir riscos e melhorar as condições de vida da família. Por tanto, se vê a necessidade para melhor compreender estas questões estudar a racionalidade camponesa, considerando a diversificação da produção como parte dela.

Para Costa (2004:1) citado por Carvalho, 2005,

Entende-se por famílias camponesas aquelas que tendo o acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativista, agrícola, não agrícola- [...]. [...] no decorrer de suas vidas[...] desenvolvem hábitos de consumo e trabalho, e formas diferenciadas de apropriação da natureza, que lhes confere especificidade no modo de ser e viver, no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas, não caracterizando - se como capitalistas, mas estão inseridas na economia capitalista. (COSTA, 2004, p.1 *apud* CARVALHO, 2005, p. 170)

A lógica de produção das famílias camponesas é diferente da lógica de produção capitalista. As famílias camponesas não são movidas exclusivamente pelo lucro, já que não apresentam assalariamento, procuram a reprodução social da família e a unidade de produção para satisfazer suas necessidades básicas, não só de alimentação, mas também água, saúde, educação, estrutura para produzir e também lazer, cultura. Segundo Costa (2004) citado por Carvalho, 2005:

[...] [de acordo com os] modos de apropriação da natureza e dos saberes para [usá-los para seu aproveitamento], [as famílias camponesas desenvolveram] uma racionalidade que lhes é própria, ainda que plena de diversidade

histórica, étnica e territorial, a racionalidade camponesa.

Essa racionalidade [...] [se baseia] em dois elementos centrais: a garantia da continuidade de reprodução social da família, [...] e a posse sobre os recursos naturais. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (COSTA, 2004, P.1 apud CARVALHO, 2005, p.170).

Na racionalidade ou lógica camponesa é um sistema indissociável entre a família e a unidade de produção. Por tanto todas as atividades estão em função da melhoria das condições de vida da família. A família é quem trabalha, tem a posse dos meios de produção, e também decide sobre o processo de produção, o que outorga certa autonomia. Segundo LIMA, 2001, p. 46-47, não há separação entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, ou seja, os que trabalham são os que têm a posse dos meios de produção, e também decidem sobre o processo de trabalho; participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização (ainda que na realidade em geral os jovens sejam excluídos do processo decisório); informalidade no processo de planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades; projeto (objetivos e finalidades) orientado, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar. A estratégia camponesa está voltada para garantir a segurança alimentar da família, minimizar riscos, aumentar a renda total da família e por unidade de trabalho, garantir o emprego da mão de obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção.

Outra característica importante e que diferencia a agricultura camponesa da agricultura de subsistência é que a primeira visa a garantir este projeto de vida para as gerações futuras através da reprodução simples da família, isto é produz para

melhorar as condições de vida hoje e também melhorar a infraestrutura produtiva, deixando para as gerações futuras. A diferença com a agricultura de subsistência é que esta não tem esse projeto para o futuro.

O camponês, inserido no modo de produção capitalista, procura formas de manter a sua família e a unidade de produção através do tempo, reafirmando a sua identidade de camponês, ainda que sua forma de produção seja convencional ou adote algumas tecnologias capitalistas para isso. Se os camponeses adotam essas técnicas e consegue manter-se na sua unidade de produção eles seguirão produzindo desse jeito até entrar em crise e procurar outra forma de produzir que assegure a sua estratégia principal: a reprodução da sua família e a unidade de produção.

A racionalidade camponesa tem sofrido mudanças com as concepções de mundo, a produção científica e tecnológica e com as práticas culturais hegemônicas das sociedades capitalistas.[Essas mudanças apresentam] diversos graus de intensidade, sendo que as inovações geradas pelos setores dominantes são adaptadas ou re-elaboradas pelos próprios camponeses no sentido de se adequarem à sua racionalidade.(CARVALHO, 2005, p.171)

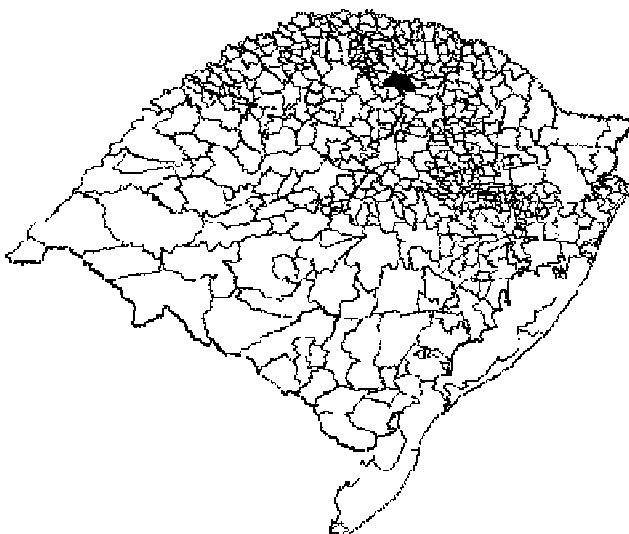
Com respeito à produção a família vai produzir para seu consumo. Por outro lado também vai produzir para a comercialização o modo de produção capitalista influencia principalmente este tipo de produtos, já que é para o mercado e onde o campesinato perde mais sua autonomia. Hoje a influencia do sistema capitalista também é na forma de consumo das famílias, seja na alimentação, vestimenta, bens como carros, televisão, computador, etc. os alimentos são comprados nos mercados e são industrializados, perdendo uma das características principais que é ter certa autonomia por produzir o seu próprio alimento. Por isso a produção para consumo também é um in-

dicativo do grau de camponidade. Neste tipo de produtos é onde se encontra a maior diversificação.

4. Metodologia

O estudo foi realizado no Assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV, onde habitam 232 famílias, no município de Pontão, região norte do estado de Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização do município de Pontão no Estado de Rio Grande do Sul.



Fonte: FEE, 2011.

Foram pesquisadas as mesmas dez (10) unidades de produção do trabalho de monografia apresentado para o Curso de Especialização em Agroecologia em 2008, para fins de comparação com os dados atuais e possibilitar o estudo da trajetória das estratégias de produção. A pesquisa foi realizada em 2007, cuja seleção dos entrevistados seguiu os critérios de ter uma produção diversificada, não arrendar o lote. A entrevista foi

feita com as mesmas famílias entrevistando o casal, e quando possível com outros membros da família residentes na unidade de produção.

Para isso foi aplicado o questionário (em anexo) no qual foi feita uma identificação do agricultor, a forma como se utiliza a área, questões relativas a produção, da mesma forma que foi conduzida na monografia. Ou seja, a partir das entrevistas foi feita uma caracterização sócio econômico das famílias e um levantamento da produção de subsistência, bem como a de comercialização. As variáveis da unidade de produção (UPA) estudadas foram: composição familiar, para conhecer a força de trabalho existente em cada família, representada pelas UTH⁴ totais; área para cada atividade e a superfície agrícola útil (SAU); bens e benfeitorias para calcular a depreciação⁵; produção vegetal, animal e outros produtos para consumo da família e também para comercialização, representando o produto bruto (PB) expressado em reais; custo intermediário (CI) ou custo dos insumos utilizados para produzir e encargos como pagamento de juros de financiamentos, pagamento do ITR, pagamento de serviços.

Complementar a isso, foram realizados questionamentos a respeito das possíveis mudanças produtivas durante os últimos

⁴ Unidade Trabalho Homem: trabalho de um adulto 300 dias ao ano, com jornadas de 8 h de trabalho. (LIMA, 2005, p101-102). De acordo com a idade das pessoas da família que trabalham na UPA, calculam-se as UTH totais da mesma. Pessoas com 7-13 anos, 0,5 UTH, com 14 a 17 anos, 0,75 UTH; com 18 a 65 anos, 1 UTH e com mais de 65 anos, 0,75 UTH.

⁵ Depreciação = $VN - VR / VU$ onde VN é o valor novo dos bens, VR valor residual que se considera para instalações 20 % do VN e 10 % do VN para equipamentos. VU vida útil dos bens. Para construções de alvenaria 50 anos, de madeira 30 e mistas 40 anos. Maquinaria: trator área de lavoura até 50 hectares 20 anos, entre 50 a 100 hectares 15 anos, acima de 100 hectares 10 anos, colheitadeira com área até 100 hectares 20 anos, colheitadeira acima de 100 hectares 15 anos, equipamentos em geral 15 anos. (LIMA, 2005, p142-143)

cinco anos, principalmente com relação às políticas produtivas adotadas pelo MST.

Para a análise dos dados foi realizado o cálculo da renda agrícola das famílias como indicador de reprodução social das mesmas, entendendo como reprodução da unidade de produção familiar ou nível de reprodução simples (NRS) “a renda mínima necessária à reprodução do agricultor e sua família ao longo do tempo.” (LIMA, 2005, p. 70). Essa renda deve permitir um nível mínimo de alimentação, de habitação, saúde e educação. O NRS é o salário mínimo regional por unidades de trabalho (SM/UTH⁶).

A coleta de dados secundários foi através de compilação de dados já existentes para realizar a caracterização da região, município, assentamento.

⁶ SM: Salário mínimo/Unidade de Trabalho Homem. Esta unidade de trabalho corresponde ao trabalho de um adulto

5. Resultados e discussão

5.1.Caracterização do município

O município de Pontão localiza-se no Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, região norte do estado, em uma altitude de 683 metros acima do nível do mar. Se encontra a 329 km de distância da capital do estado. Apresenta clima subtropical úmido. Segundo dados da EMATER (2004), a temperatura media anual é de 18°C, as chuvas médias anuais variam de 1500 a 2000 mm com uma boa distribuição anual. No verão, às vezes ocorrem pequenas estiagens e no inverno, ocorrem geadas e nevoeiros frequentes. A vegetação original é a mata atlântica, com araucárias. Os solos característicos da região norte são os latossolos, profundos, bem drenados, ácidos e de baixa fertilidade, podendo apresentar toxidez por alumínio para as plantas. O município se encontra dentro da bacia do Rio Uruguai, sub-bacias do Rio Passo Fundo e Rio da Várzea.

Segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 3.857 habitantes, sendo 59,58 % rural provavelmente devido aos assentamentos. Analisando os dados dos censos de 2000 e 2010 teve uma redução na população, o que demonstra certa migração para as cidades pólos, principalmente dos jovens, como ocorre no resto dos municípios da região. Apresenta um índice de analfabetismo (2010) de 4,76%, expectativa de vida ao nascer (2000) de 69, 4 anos, coeficiente de mortalidade infantil (2010) de 0,00 por mil nascidos vivos. Também apresenta um PIBpm (2008) R\$ mil 15.856 e um PIB per capita de R\$ 28.741.

O município apresenta IDESE⁷ referente ao ano de 2008 de 0,653, encontrando-se no 371º lugar no estado, com um total de 496 municípios (FEE, 2011). Na educação apresenta um índice de 0,843 (281º lugar), na renda 0,896 (14º), em saneamento e domicílios 0,062(481ºlugar) e em saúde 0,813 (477ºlugar).

A principal atividade econômica do município é a produção agrícola com as culturas de soja, milho e trigo. Estes grãos não sofrem nenhuma transformação no município sendo vendido o grão direto para as indústrias de municípios. O comércio e a indústria “A perspectiva é de crescimento lento, pois há um grande hábito dos moradores de deslocarem-se até Passo Fundo para fazerem as suas compras.” (EMATER, 2004)

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, além da produção de grãos, a produção de leite aparece como uma das atividades importantes, relacionada principalmente com os pequenos agricultores e assentados.

Tabela 1: Principais atividades econômicas do município de Pontão

Produto	Nº de estabelecimentos	Quantidade	Mil Reais
Leite	241	7686 mil litros, com 2731 vacas ordenhadas	3.019,00
Soja	410	76098 ton.	34.241,00
Milho	400	27938 ton.	7.416,00
Trigo	72	8899 ton.	2.708,00

⁷ O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800). (FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Produtos).

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.
Adaptado pelo autor.

Comparando os dados anteriores com os dados coletados no IBGE produção agrícola municipal, 2009, podemos observar que foram mantidas as atividades agrícolas com a produção de grãos, principalmente a soja e também milho e trigo e um notável aumento na produção leiteira.

Tabela 2: Principais atividades do município de Pontão, 2009

Produto	Produção	Aumento /diminuição em relação ao ano 2006	Hectares	Mil Reais
Leite	23.390 mil litros	↑204,32%		
	Vacas ordenhadas: 4.873	↑78,43%		
Soja	75600 ton.	↓0,65%	28000	36.061,00
Milho	39600 ton.	↑41,74%	5500	10.969,00
Trigo	6900 ton.	↓22,46%	4600	2.760,00

Fonte: IBGE produção agrícola municipal, 2009.
Adaptado pelo autor.

5.2.Resultados das informações coletadas nas propriedades

5.2.1.Pessoas que trabalham na propriedade

Segundo os dados coletados, nas propriedades encontravam-se, na maioria dos casos, famílias pequenas, o casal e algum jovem. Apenas três propriedades apresentam maior quantidade de pessoas residindo, sendo considerada a família que foi assentada e os filhos que permaneceram morando juntos. Neste caso houve duas famílias com essa composição, nas quais os filhos além de trabalhar na propriedade, contavam com algum emprego fora (motorista de caminhão de leite e outro técnico agrícola). O casal dedicava 100% de seu tempo na propriedade enquanto os jovens dedicavam apenas 50% de seu tempo à propriedade, devido aos

estudos. Esses jovens apresentaram idade entre 12 a 22 anos. Não houve mão de obra contratada.

Tabela 3: Composição familiar e tempo dedicado na propriedade

Produtor/a	Nº de pessoas	Tempo dedicado	UTH total	Nº jovens
Família 1	3	2(100%) 1(80%)	2,8	-
Família 2	3	2(100%) 1(50%)	2,5	1
Família 3	3	2(100%) 1(50%)	2,5	1
Família 4	6	4(100%) 1(50%) 2 crianças	4,5	1
Família 5	3	2(100%) 1(50%)	2,5	1
Família 6	4	2(100%) 1(50%) 1 criança	2,5	1
Família 7	4	3(100%) 1(50%)	3,5	2
Família 8	5	2(100%) 1(10%) 1(0%) 1 criança	2,1	-
Família 9	3	2(100%) 1(50%)	2,5	1
Família 10	4	1(100%) 1(50%) 1(50%) 1 criança	2	1

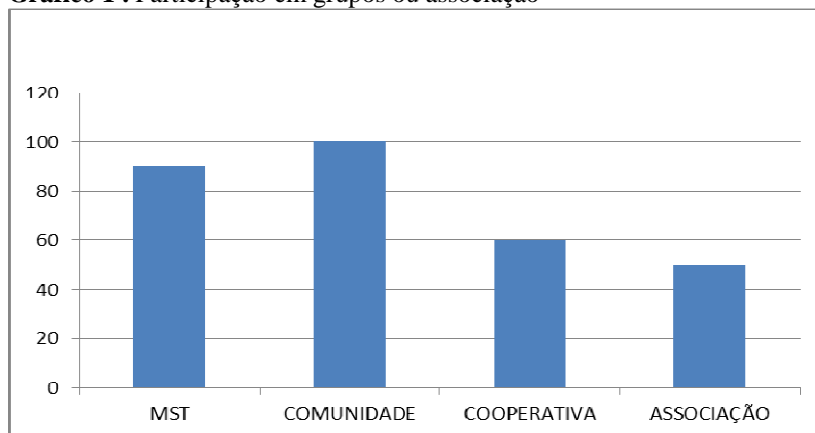
Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Quatro famílias tiveram mudanças em sua composição, nestes últimos cinco anos. Duas famílias apresentaram a saída da propriedade dos jovens que moravam nela para trabalhar. Em uma família foi com relação a tomada de decisão que se tornou mais presente no momento em que retornava para a propriedade. Com outra família, uma jovem saiu da propriedade para trabalhar. Em outro caso, apenas uma família passou a trabalhar na propriedade ao invés de duas. E em outra família, os integrantes desenvolviam outras atividades além das atividades agrícolas, como por exemplo, presidir o sindicato.

5.2.2. Participação em algum grupo ou organização

Pode-se perceber, como mostra a tabela 4 ,que todas as famílias entrevistadas participavam em alguma forma de organização ou associação.

Gráfico 1 . Participação em grupos ou associação



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

É possível verificar que todas as famílias participavam na comunidade do assentamento. A comunidade é o local onde se reúnem para as comemorações, festas, atividades religiosas, atividades esportivas entre outras. Nove famílias (90 %) parti-

cipavam do movimento. A metade participa da Casa do Colono⁸ e 60 % das cooperativas de comercialização do movimento no assentamento (Coperlat⁹) e também da cooperativa de crédito (Crehnor¹⁰).

5.2.3. Características gerais da unidade de produção

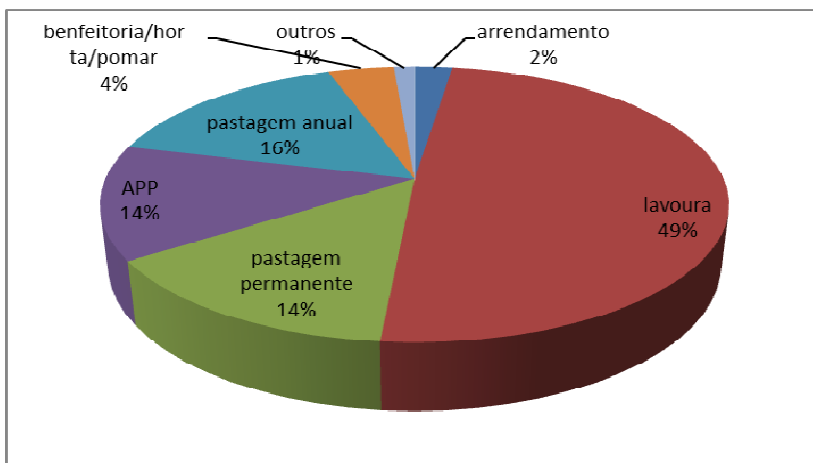
No gráfico se apresentam os dados referentes a como estava sendo utilizada a área.

Gráfico 2: Utilização da área na unidade de produção 2010-2011

⁸ Casa do colono: é uma associação também de assentados e pequenos agricultores cujo objetivo é o apoio à comercialização dos produtos da agricultura Familiar.

⁹ Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão LTDA. Esta cooperativa é formada pelos assentados da região, sua atividade é a comercialização de leite refrigerado para as indústrias. Em breve também estará funcionando a agroindústria de laticínios.

¹⁰ Cooperativa de Crédito Rural Novos Horizontes de Novo Sarandi Ltda., criada em 1996 para atender aos assentados e pequenos agricultores na aquisição de créditos agrícolas com menores custos, crédito habitação e assistência técnica, fortalecendo a organização dos trabalhadores rurais e contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável e sociocultural da região de atuação.

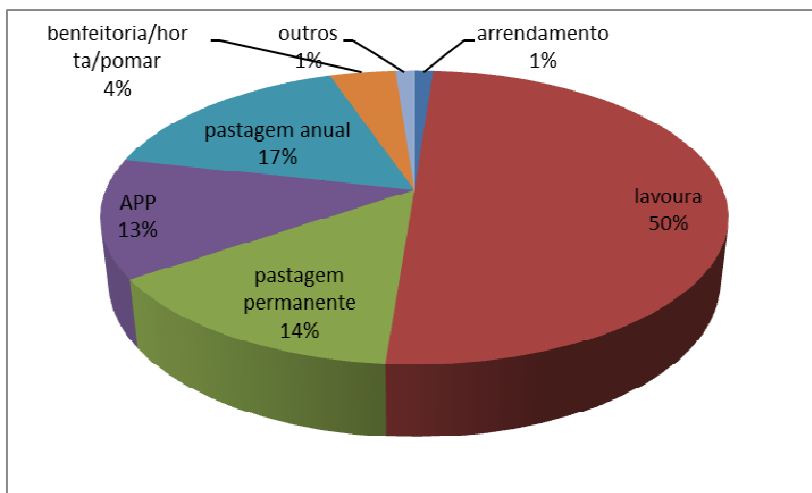


¹¹ APP. Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Comparando com os dados coletados em 2006-2007, praticamente todas as propriedades mantiveram o mesmo uso da área. Apenas diminuiu levemente a área destinada para lavoura (principalmente soja), e um leve aumento na área destinada à atividade leiteira. Teve uma propriedade que diminuiu significativamente a área plantada com soja, destinando uma área maior à produção leiteira.

Gráfico 3: Utilização da área da unidade de produção– 2006-2007

¹¹ O conceito de *Áreas de Preservação Permanente* (APP) presente no Código Florestal brasileiro (Lei 4.771 de 15/09/1965) são áreas “...cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Distinguem-se das áreas de “Reserva Legal”, também definidas no mesmo Código, por não serem objeto de exploração de nenhuma natureza, como pode ocorrer no caso da Reserva Legal, a partir de um planejamento de exploração sustentável. Exemplos de APP são as áreas marginais dos corpos d’água (rios, córregos, lagos, reservatórios) e nascentes; áreas de topo de morros e montanhas, áreas em encostas acentuadas, restingas e mangues, entre outras. (SKORUPA, 2003)



Fonte: pesquisa de campo, 2006-2007.

5.2.4. Aquisição de maquinaria, equipamentos, construção de benfeitorias.

Pode-se observar que 50% das famílias adquiriram equipamentos relacionados com a atividade leiteira, os itens principais foram: resfriador a granel e ordenhadeira mecânica. 40% das famílias conseguiram construir alguma benfeitoria nos cinco últimos anos. Dessas famílias, 2(duas) reformaram a casa, e 2 (duas) destinaram o recurso para a construção de infraestrutura para a atividade leiteira, e uma família para a produção de ovos. Não houve aquisição de maquinaria como trator ou outros equipamentos mecanizados nos últimos cinco anos.

Tabela 4. Aquisição de maquinaria, equipamentos, construção de benfeitorias e capital referente ao rebanho

Produtor/a	Aquisição maquinaria	Aquisição equipamentos	Construção	Capital investido em animais (R\$)
Família 1	-	Resfriados a granel Ordenhadeira		37.500,00

Família 2	-	-		70.380,00
Família 3	-	Resf. De imersão Ordanhadeira, tarro	Reforma casa	18.970,00
Família 4	-	-	Ampliação casa Lugar para criar terneiros Reforma piso estrebria	48.150,00
Família 5	-	Resfriador a granel	-	28.500,00
Família 6	-	Resfriador a granel Ordanhadeira	Estrebria Sala de alimen- tação	34.050,00
Família 7	-	-	Estrebria, galinheiros, galpão	24.779,00

Continua

Continuação

Tabela 4. Aquisição de maquinaria, equipamentos, construção de benfeitorias e capital referente ao rebanho

Produtor/a	Aquisição de maquinaria	Aquisição equipamentos	Construção	Capital investido em animais (R\$)
Família 8	-	Lava jato p/estrebria	-	61.100,00
Família 9	-	-	-	38.210,00
Família 10	-	-	-	40.000,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

A tabela anterior também mostra dados referentes ao capital investido no rebanho, onde esse capital encontrava-se concentrado no rebanho leiteiro, sendo de alguma forma uma poupança vida que tinha a família assentada.

5.2.5. Produção

Na questão da produção continua havendo uma produção para o consumo da família e outra produção destinada à venda. Ou seja, em cinco anos o destino da produção permanece para consumo e para comercialização.

Quadro 1: Produção para consumo e para comercialização ano agrícola 2010-2011

Produtor/a	Produção para Consumo	Produção para comercialização
Família 1	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), outros.	Leite e soja.
Família 2	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), outros.	Soja e leite

Continua Continuação

Quadro 1: Produção para consumo e para comercialização ano agrícola 2010-2011

Produtor/a	Produção para Consumo	Produção para comercialização
Família 3	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), vinho, salame, queijo.	Soja, leite, moranga, mandioca, frutas, uva, ovos, vinho.
Família 4	Feijão, abóbora, saladas, frutas, mandioca e batata doce, carnes, ovos, leite, amendoim.	Leite, soja (arrendamento), ovos, mandioca, abóbora.
Família 5	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo	Leite e soja
Família 6	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes,	Soja, leite, feijão, moranga, mandioca, Batata doce, abóbora, beterraba,

	ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo, panificados, doces	cenoura, bergamota e laranja, radiche, rúcula, rabanete, couve manteiga, melancia, batatinha.
Família 7	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, batata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo, panificados, doces e conservas.	Soja, leite, ovos, moranga, abóbora, mandioca e batata, milho em espiga.
Família 8	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Leite Carnes Ovos
Família 9	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, Carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Leite e soja.
Família 10	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Leite, soja, ovos, frutas.

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Pode-se observar que praticamente não modificaram as atividades agrícolas das famílias como mostra a tabela nº8 com a produção para consumo e para comercialização do ano agrícola 2006-2007

Quadro 2: produção para consumo e para comercialização ano agrícola 2006-2007

Produtor/a	Produção para Consumo	Produção para comercialização
Família 1	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, batata doce, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, erva mate.	Leite, mandioca, batata, feijão, carnes bovina, suína e de ave, banha, ovos.
Família 2	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, batata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), outros.	Leite, soja e milho.
Família 3	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, batata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), vinho, salame, doce.	Soja, leite, salame e carne suína, vinho, doces, mandioca e batata, ovos e feijão.

Família 4	Milho para consumo dos animais, abóbora, saladas, frutas, mandioca e batata doce, arroz, feijão, carnes, ovos, leite, farinha de milho.	Leite, bois e vacas, milho, erva mate, ovos, serviços do moinho como farinha de milho e descascador de arroz, carvão.
Família 5	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, batata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo, doces.	Leite, soja e milho.
Família 6	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, pipoca, batata doce, cebola, saladas, frutas, arroz, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo, panificados, doces	Soja, leite, milho, carnes de suíno e aves, queijo, mandioca, feijão, massa, cuca e pão, melancia, doces, batata, ovos, abóboras e morangas, beterraba e cenoura e temperos.

Continua

Continuação

Quadro 2: produção para consumo e para comercialização ano agrícola 2006-2007

Produtor/a	Produção para Consumo	Produção para comercialização
Família 7	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, amendoim, batata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, milho grão (animais), salame, queijo, panificados, doces e conservas.	Soja, leite, abóboras e morangas, milho, mandioca, ovos, amendoim.
Família 8	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Leite, soja
Família 9	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, Carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Leite e soja.
Família 10	Feijão, moranga, abóbora, mandioca, bata doce, cebola, saladas, frutas, carnes, ovos, leite, salame, panificados.	Soja, leite, bois, ovos, banha.

Fonte: BAEZ, 2008.
Adaptado pelo autor.

Continuava a produção de leite e soja como as principais atividades para comercialização. As mudanças ocorreram na forma de produzir, principalmente na atividade leiteira, procurando a melhoria desta e, por conseguinte maior produção e produtividade, como se verá mais adiante. O incremento ocorreu na produção e venda de produtos oriundos da horta e excedente da produção, que era destinada para o consumo. Cabe destacar que esses produtos estão sendo comercializados através de projetos como PAA (Programa de aquisição de alimentos) ligados a CONAB, cujos proponentes e organizadores são a Coperlat, a associação que trabalha na Casa do Colono. Também tem venda desses produtos na merenda escolar, incentivado pelo município. A soja é comercializada nas cooperativas da região. E o leite foi comercializado para a Coperlat e empresas privadas.

Com respeito aos produtos para consumo cinquenta por cento (50 %) das famílias responderam que tiveram que comprar algum produto, como tomate, cebola, batatinha, carne. Estes produtos faltaram na mesa dos produtores já que teve épocas que é difícil de produzir, já que não é a época da cultura como no caso do tomate ou porque não teve as condições climáticas como sequia ou geadas.

Quando questionados sobre a comercialização de algum produto da agroindústria, só uma família respondeu que produzia vinho para comercializar. As outras famílias responderam que produziam, mas era para o consumo da família.

5.2.6. Retorno por hectare e retorno por mês das principais atividades para comercialização.

Este ponto faz a comparação do retorno por hectare e retorno por mês das principais atividades para comercializar,

leite, soja e os produtos da horta e excedentes do consumo da família.

Tabela 5: Retorno por hectare e mensal das principais atividades para comercializar ano agrícola 2006-2007

Produtor/a	Produção	Produção	Produto bruto (R\$)	Custo intermediário (R\$)	Retorno/há R\$/ha	Retorno/mês
Família 1	Leite Soja	56.458L-8 ha 400sc -10ha	35.003,96 18.000,00	14.326,00 3.600,00	2.584,74 1.440,00	1.723,16 1.200,00
Família 2	Leite Soja	47.870 l 132 SC-4 ha	29.322,00 5.940,00	15.213,57 5.040,00	2.410,84 225,00	2009,03 75,00
Família 3	Leite Soja Outros Vinho	12.000 L-5 ha 350 sc -6 ha 4.000 L-1 ha	6.600,00 15.750,00 2.095,00 20.000,00	3.834,00 10.880,00 100, 00	132,00 811,67 19.000,00	55,00 405,83 174,00 1.658,33

Continua

Continuação

Tabela 5: Retorno por hectare e mensal das principais atividades para comercializar ano agrícola 2006-2007

Produtor/a	Produção	Produção	Produto bruto (R\$)	Custo intermediário (R\$)	Retorno/há R\$/ha	Retorno/mês
Família 4	Leite Soja Outros	42.000 L-5 ha 4 ha	28.560,00 2.700,00 3515,00	7.254,00	4.261,20 675,00	1775,50 225,00 292,92
Família 5	Leite Soja	42.900 L-6 ha 376 sc-6 há	23.100,00 16.920,00	11720,00 7013,00	5.803,00 1.651,17	2901,67 825,58
Família 6	Leite Soja Outros	27380 L-4ha 450 sc-7 ha	20633,41 18900,00 7.017,85	14603,54 9600	1328,57 1507,47	502,00 775
Família 7	Leite Soja	27.934 L-6 ha	15980,50 15300,00	15699,00 4150,00	46,80 1858,33	23,40 929,17

	ovos outros	360 sc-6 ha 1080 dz	2160,00 1890,60	1584,00		48,00 157,55
Família 8	Leite Carne gado Carne suína Ovos	70.903 L-9 ha 4800 kg 1080 kg 300 dz	44668,89 11040,00 2376 600	26.108,00 3888,00	2.062,32	1546,74 844,00
Família 9	Leite soja.	39416 L- 5 ha 552 sc- 10,7 ha	23649,60 23184,00	8284,00 7168,00	3073,12 1.496,82	1280,47 1334,67
Família 10	Leite soja ovos	60.000 L-7 ha 180 sc- 3,5 hás 360	43200,00 8100,00 720,00	16500,00 3000,00	3814,28 1457,14	2225,00 425,00 60,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Pode-se ver que os maiores custos estão na produção de leite, mas também 80 % das famílias conseguiram um maior retorno por hectare com a atividade leiteira que com soja. Essas famílias têm a atividade leiteira como a principal, e por tanto dedicam mais tempo e recurso para levar acabo a mesma. O menor retorno por hectare na atividade leiteira foi de R\$46,8/ha, e o maior foi de R\$5.803/ha. No primeiro caso o baixo retorno por hectare foi devido aos altos custos de produção. No segundo caso, justamente por ter menor custo de produção e maior produção é que consegue um alto retorno.

No caso da soja, o menor retorno por hectare recebido foi de R\$225/ha e o maior foi de R\$1858,33/ha. Este último resultado foi justamente da mesma família que tem o menor retorno com o leite. No primeiro caso teve problemas na produção (32sc/ha) e o segundo caso, nota-se que foi dado uma maior atenção para o cultivo da soja e não para a atividade leiteira.

Com relação à renda mensal, o menor resultado para o leite foi de R\$23,40/mês, coincidindo com a família de menor

retorno por hectare. O maior retorno/mês foi de R\$2225,00/mês, que coincide com a família que teve maior mudança no sistema de produção, ou seja, diminuindo a área de soja e dedicando maior área para plantio de pastagem. Foram seis famílias (60%) que tiveram maior retorno por mês com o leite.

Um dois produtos que teve destaque foi o vinho onde só uma das famílias teve essa atividade tendo maior retorno por mês que com a atividade leiteira e a soja.

Tabela 6: Retorno por hectare médio e retorno por mês médio para as principais atividades agrícolas

Atividade	Média do retorno por hectare	Média do retorno por mês
Soja	1.215,97	101,33
Leite	2.569,58	214,13
Outros		361,36
Vinho	19.000,00	1.533,36

Fonte: pesquisa a campo, 2011.

5.2.7. Insumos utilizados e o modo de produzir

Segundo os dados coletados a soja se produz de maneira convencional. Os produtores adquiriram pacotes prontos nas cooperativas e empresas da região. Através dos dados se obteve quais são os insumos utilizados no pacote para essas culturas:

-secante: herbicida glifosato para dessecar as plantas espontâneas, antes do plantio da soja e 30 dias após o plantio do mesmo.

-semente de soja transgênica: todas as famílias entrevistadas que plantaram soja, tinham plantado soja transgênica. Apenas a família que se dedica totalmente ao leite, que há muitos anos não planta soja e nunca plantou transgênico.

- adubo químico.

- tratamento para semente: inclui fungicida (para oídio e ferrugem asiática) e inseticida.

Os técnicos das empresas e cooperativas que vendem o pacote de insumos aconselham três tratamentos com este produto. Indicam inseticida para a lagarta de soja e outras, dividido em primeiro tratamento “preventivo” e outro, se necessário curativo. Só um produtor fez dois (2) tratamentos de fungicida e um de inseticida como preventivo, não aderindo o pacote completo (utilização de todos os insumos propostos pelas empresas vendedoras dos pacotes de insumos).

-adubação foliar: só um produtor utilizou.

- horas máquinas para plantar, para aplicar os herbicidas e tratamentos e colheita. Estas na sua maioria são terceirizadas.

No caso do milho, principalmente, foi plantado para o consumo na propriedade, para sua utilização como grão ou para silagem. Os insumos utilizados nesta cultura foram:

-herbicidas: como dessecantes antes do plantio (glifosato), e posteriormente para controle das plantas espontâneas (Extrazim).

- semente híbrida: adquirida principalmente no programa troca-troca¹² através da prefeitura do município. Esta semente é mais barata que as sementes compradas nas empresas.

¹² O programa troca-troca foi criado em 1988, onde o recurso financeiro é originário do Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). Subsidiava a produção de milho no estado do Rio Grande do Sul através de parceria da Secretaria da Agricultura com prefeituras, associações e sindicatos rurais e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). Desatina-se a produtores que residam na propriedade ou aglomerado urbanos ou rural próxima a ela, que disponham área até 4 módulos rurais, que obtenham no mínimo 70% da renda familiar da exploração agropecuária no estabelecimento rural e um a renda bruta anual

- adubo químico e uréia ou nitrato de potássio. Teve um produtor que substituiu a uréia por cobertura verde de nabo forrageiro e aveia preta e posteriormente, utilização de esterco líquido de suíno. Cabe ressaltar que na região não tem muitas unidades de produção de leitões nem aviários, sendo poucos e concentrados nas mãos de algumas empresas ou cooperativas, priorizando primeiro os produtores que vendem para eles. Não há estrutura no município para criação de leitões e aviários, por conseguinte, nem todos os produtores se beneficiam de seus dejetos, razão pela qual se obrigam a plantar só com os adubos químicos. A cama de aviário é de alto custo já que é trazida de outro lugar.

A prática de cobertura verde tem sido esquecida, pela dificuldade de obter as sementes e o valor alto das mesmas. O mau manejo das áreas de cobertura nas pastagens se constitui num problema importante. Já os insumos utilizados na produção animal, estes se referem principalmente à produção de leite, onde os maiores custos se apresentavam na alimentação do gado, na formação das pastagens, na produção de silagem e na ração. No plantio das pastagens anuais os insumos utilizados foram as sementes, adubação química principalmente na pastagem anual de verão. Já no inverno se utilizava menos adubação, e em alguns casos se substitui com esterco líquido suíno ou chorume. Nas pastagens permanentes alguns produtores utilizaram cama de aviário. Neste sentido tem melhorado a utilização de pastagem permanente, mas ainda se planta pastagem anual com altos custos. Foi optado por plantio direto, mas ainda não tem plantadeiras adaptadas para as sementes menores, como por exemplo, o milheto. Pelos depoimentos de alguns produtores, é visível a dificuldade de encontrar maquinaria adequada e na hora certa.

Tem várias despesas que não estão dentro de nosso orçamento que é a hora máquina, isso

até R\$ 40.000. o máximo que cada produtor recebe por ano são 40 kg de milho.

que deixa nós bastante frustrados. Tem despesas a mais do que a gente planeja, não faz trabalho na hora certa do plantio por exemplo, não consegue fazer o plantio na hora certa, não consegue trabalhar como a gente precisa [...](família 6)

A ração que se utilizou era comprada, alguns produtores que compraram resíduos de soja, na época de colheita, e trigo, para misturar com a ração. Segundo os dados coletados as famílias estavam utilizando sal mineral para o seu rebanho, e às vezes utilizando homeopáticos junto com esses sais, o que apresentou segundo eles bons resultados, já que não deu mais problemas de retenção de placenta, mastites, nem descalcificação. Diminuíram os gastos com medicamentos para essas afecções.

Na produção destinada ao consumo, à venda para a merenda escolar e para os projetos da Conab, não se utilizavam produtos químicos.

Eu na minha propriedade que eu produzo pra mim, é tudo orgânico, nós não usamos nada de, né... é tudo totalmente orgânico, só usamos questões de produção adubo orgânico, tudo se produz na propriedade. Não usamos químicos nenhum. Há aí produção de ovos, de galinha caipira, suínos para consumo caseiro, essas coisas. Se vai no mercado... a gente não gosta muito de ir no mercado porque a gente sabe do que o produto está na prateleira, né. O que a gente dá pra produzir na propriedade, a gente só produz praticamente orgânico, né [...](família 8)

E outro produtor dizia que:

O sistema do que tem o movimento do MST aí, a gente sempre trabalhou dentro de esse sistema, né. Então a gente sabe que a política dele é produzir alimentos sem agrotóxicos, sem produtos químicos né, e é o que a gente está fazendo, né. A gente sempre procura usar, os alimen-

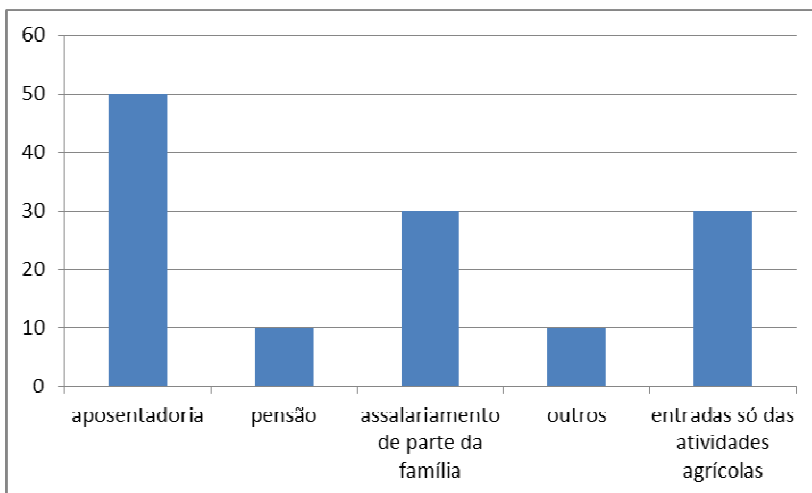
tos que a gente produz pra consumo que seja sim agrotóxico. E quanto a assim, o produto que a gente usa através da merenda escolar, sempre foi produzido pelos assentados. (família 5)

Eram utilizados esterco de gado, esterco de galinha, produzidos na mesma propriedade. Teve um produtor que utilizou húmus de seu próprio minhocário, outros utilizaram restos de silagem já curtido (1 ano). Só foram compradas algumas sementes para horta. Também foi citado o uso de caldas e biofertilizantes caseiros nos parreirais, pomares e horta.

5.2.8.Outras entradas

Este item refere-se às entradas recebidas no ano que não são das atividades agrícolas.

Gráfico 4: Entradas que não proveem das atividades agrícolas



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Foram encontrados nas famílias entrevistadas 30% que tinham apenas entradas através das atividades desenvolvidas na propriedade. Cinco famílias (50%) receberam aposentadoria, 1 família (10%) pensão, 1 família (10%) ajuda de custo (sindicato), 2 famílias (20%) onde os filhos ajudam pouco tempo na propriedade e trabalham fora, e outro que é pelos serviços de um caminhão. É importante destacar que só 3 famílias (30%) não tinham ingressos fora da propriedade.

5.2.9. Outros gastos

Este item se refere aos gastos que todas as famílias têm anualmente, como alimentação, água, luz, telefone, combustível, medicamentos entre outros.

Tabela 7: Gastos que não são da produção

Produtor/a	Outros gastos (R\$)
Família 1	7.380,00
Família 2	5.160,00
Família 3	7.380,00
Família 4	3.000,00
Família 5	4.260,00

Família 6	9.000,00
Família 7	8.184,00
Família 8	7.788,00
Família 9	6.680,00
Família 10	7.440,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

5.2.10. Amortizações

Neste item foram citados quais as parcelas de empréstimos ou financiamentos pagos no ano, referentes à investimentos na lavoura, na atividade leiteira e financiamento referidos a aquisição dos insumos para plantar as lavouras de verão como soja e milho (custeio). Assim se obteve a seguinte tabela.

Tabela 8: Parcelas de empréstimos ou financiamentos pagos no ano.

Produtor/a	Custeio	Investimentos	Total
Família 1	8.000,00	1.600,00	9.600,00
Família 2	7200,00	3557,00	10747,00
Família 3	7.000,00	1.200,00	8.200,00
Família 4	-	960	960,00
Família 5	5.260,00	600,00	5.860,00
Família 6	8.100,00	4.600,00	12.700,00
Família 7	-	500,00	500,00
Família 8	5.600,00	8.290,00	13.890,00
Família 9	5.800,00	2.600,00	8.400,00
Família 10	12.700,00	4.750,00	17.450,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Pode-se notar o alto custo financiado para o plantio das lavouras, que nem sempre os produtores conseguem pagar com a sua produção e ainda que fique um retorno para ele. Em muitos casos se pagam as agropecuárias se produz, mas quando vai vender não consegue pagar o banco e ainda que fique algum retorno para o produtor. Cabe salientar que estes financiamentos favorecem a utilização de insumos de síntese química e sementes transgênicas e híbridas. No caso dos investimentos, comparando com a pesquisa realizada em 2006-2007, agora os

produtores conseguiram pagar as parcelas dos investimentos. Estes investimentos foram para a atividade leiteira como compra de animais, aquisição de equipamentos e construção de infraestrutura.

Considerando a renda agrícola onde computa os gastos em pagamento das parcelas de financiamentos como se apresenta mais adiante, em muitos casos se se pagam as dívidas de financiamentos, a família fica com pouca renda, e em muitos casos pode a propriedade ficar em processo de descapitalização ou estagnada.

5.3. Principais mudanças na produção e orientação para a mudança ou manutenção das atividades produtivas

As principais mudanças apontadas foram em função de melhorar a atividade leiteira, de ter maior produtividade, através do planejamento, de práticas como a divisão em parcelas ou “piqueteamento”, para melhor manejo das mesmas, mecanização da ordenha, infraestrutura, entre outros. No anexo 1 alguns depoimentos.

[...] uma das formas que a gente, por exemplo, tentou se organizar mais na questão do leite né, que antes não tinha estrebaria, agora tem. Ah o piso também que não existia, era muito barro. Agora tem piso as vacas comem nas cocheiras, modificamos um pouco o negócio das pastagens. (família 4)

Houve mudanças porque a gente antes tirava leite manual e hoje temos ordenhadeira, né. Mesmo a questão da mão de obra mudou. Hoje tem menos mão de obra, se obriga a fazer esse tipo de coisas né. (família 3)

Teve, teve várias mudanças, né, que nos, grupo familiar decidimos investir na pecuária, né, pecuária leiteira, e diminuindo a lavoura de soja. Então estamos usando mais a lavoura de produção de pasto, milho pra silagem e grama para a produção de leite mesmo. (família 10)

Foi citado também mudanças no uso de tecnologia para a produção de grãos, com a finalidade de aumentar a produtividade.

Plantio foi modificado um pouco mais o planta. Mais tecnologia, mais acompanhamento técnico. E, a gente faz. Vai diversificando a coisa, né, ali, pra o consumo, pra pouco mais na bacia leiteira, pra entrar mais no leite agora e a própria soja e milho... Plantado com pouco mais de tecnologia, pra poder colher mais. (família 2)

Com respeito se teve orientação recebida para mudar ou permanecer nas atividades responderam que a orientação foi através dos técnicos, seja vinculado ao MST, EMATER, ou empresas. Também orientação das cooperativas, pela própria família, nas reuniões da comunidade, sindicatos, reuniões e encontros realizados pelo movimento. Teve uma família que respondeu que não teve orientação, mas teve que mudar pela mesma situação, de não ter mão de obra para a atividade leiteira como a ordenha, já que a filha saiu da propriedade para trabalhar fora. O que fez com que utilizassem a ordenha mecânica. Já outros têm orientação na própria família. Essas informações chegaram através dos técnicos que visitam a propriedade, reuniões, cursos (como o do Sebrae para melhorar a atividade leiteira), palestras, vivencia, leituras, do estudo recebido, entre outros.

5.4. Renda agrícola e dificuldades para obtenção

As opiniões sobre se como está produzindo a renda é garantida e no caso de não ser garantida quais as dificuldades para conseguir isso das famílias entrevistadas 50% tiveram uma resposta mais otimista, em quanto a renda que tiveram.

Sim do jeito [ênfase na atividade leiteira] que se esta produzindo, desse jeito, para nós esta garantida”. (família 1)

“Eu acho que sim, né, porque eu consigo me manter bem na minha propriedade, né. Com essa renda que eu tenho, né. A não ser que venha alguma intempérie, atrapalhar na colheita. Se da uma seca, alguma coisa assim, um temporal que atrapalhe e que a gente não consiga fazer a volta, mas eu no caso estou conseguindo fazer muito bem assim.” (família 5)

As outras famílias (50%) responderam que sim tem renda garantida, que da para manter-se, mas que poderia ser melhor ou que não é o que a “gente queria”. Como mostram os depoimentos no anexo 1.

O que se percebe é que os assentados associam a atividade leiteira com a renda garantida, como mostram estes depoimentos,

Ela é garantida porque todos os meses tem essa renda, vendendo leite né. Chegou final do mês tu sabe que essa renda é sagrada tua. (família 3)
Em relação, principalmente no leite, né, tu tem renda garantida. Todos os meses tu tem aquela renda, lá. (família 9)

Sobre as dificuldades mencionaram desde a burocracia para fazer financiamentos, com objetivo de investir na propriedade, até a falta de garantia exigida pelos órgãos financiadores para compra de maquinaria. Além disso, tem a incerteza do clima do mercado, pela oscilação de preços e também a dificuldade de substituição de manejos e técnicas.

A seguir apresentam-se os resultados do Valor Agregado Líquido (VAL) obtidos no ano agrícola 2006-2007, apresentada na pesquisa de monografia apresentada para o Curso de especialização em agroecologia em 2008.

Tabela 9. Valor agregado líquido 2006-2007 e a remuneração necessária da família por ano

Nome	VAL	UTH	Renda mínima necessária/família/ano
Família 1	32371,73	2,30	10.488,00

Família 2	7.450,82	3,50	15.960,00
Família 3	15.379,23	3,50	15.960,00
família 4	29.260,68	3,00	13.680,00
Família 5	9.082,82	2,50	11.400,00
Família 6	7762,35	5,00	22.800,00
Família 7	14.633,48	2,75	12.540,00
Família 8	22.881,45	3,00	13.680,00
Família 9	22.961,78	2,75	12.540,00
Família 10	4856,18	2,50	11.400,00

Fonte: BAEZ, 2008.

Adaptado pelo autor.

Conforme a tabela anterior se tomou como referencia de renda o valor agregado líquido, não a renda agrícola, e se comparou com a coluna que era a renda total necessária por ano, para todas as pessoas que trabalhavam na propriedade. Dessa forma se verificou que 50 % das famílias não conseguiam a renda necessária para manutenção da família. Cabe destacar que não se computaram as dívidas com financiamentos.

Já para o ano agrícola 2010-2011, se levantaram os gastos por financiamentos, incluindo no cálculo da renda agrícola.

Tabela 10: Valor agregado líquido, renda agrícola e renda mínima necessária para as famílias ano agrícola 2010-2011

Nome	VAL	RA	UTH	Renda mínima necessária /ano
Família 1	31.739,53	22.139,53	2,8	17.724,00
Família 2	23.726,95	12.979,95	2,5	15.825,00
Família 3	21.347,4	13.147,40	2,5	15.825,00
Família 4	28902,33	27.942,33	4,5	28.485,00
Família 5	20.973,42	15.113,42	2,5	15.825,00
Família 6	23.383,79	10.683,79	2,5	15.825,00
Família 7	19.651,47	19.151,47	3,1	19.623,00
Família 8	28.623	14.733	2,1	13.293,00

Família 9	34.060,69	25.660,69	2,5	15.825,00
Família 10	31.739,53	14.289,53	2,5	15.825,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

O valor agregado líquido se calculou a partir do produto bruto, descontando os custos e depreciação da infraestrutura agrícola. E a renda agrícola foi calculada a partir do Valor Agregado Líquido (VAL) descontando encargos como impostos, parcelas de financiamentos agrícolas. A renda mínima necessária para cada família se calculou a partir do salário mínimo para 2010, que era de R\$ 510,00 (considerando seis meses do ano 2010) e o salário mínimo para o ano 2011, de R\$ 545,00 (considerando os primeiros meses do ano 2011). Assim sabendo quantas UTH tem, em cada unidade de produção, se calcula a renda necessária para a família por ano.

Analizando o valor agregado líquido com a renda necessária para a família, no ano agrícola 2006-2007, 50 % das famílias conseguiam se viabilizar economicamente, já para o ano agrícola 2010-2011 todas as famílias conseguiram a renda mínima para se viabilizar economicamente. No ano agrícola 2006-2007 não foi considerado o pagamento de dívidas referentes a financiamentos agrícolas já que ainda não tinham começado a pagar os mesmos. No ano agrícola 2010-2011, os agricultores começaram a quitar este tipo de dívidas e descontando no Valor Agregado Líquido apenas 30% das famílias se viabilizam economicamente, e, por conseguinte, as outras famílias ficam estagnadas, ou em fase de descapitalização.

Calculando a renda global isto é acrescentando a renda não agrícola (aposentadoria, pensão, outras entradas) e descontando gastos não referentes à produção, obtemos os seguintes resultados.

Tabela 11: Renda total

Nome	Renda total	UTH	Renda mínima necessária /ano
------	-------------	-----	------------------------------

Família 1	6845,53	2,8	17.724,00
Família 2	7.809,95	2,5	15.825,00
Família 3	12.307,4	2,5	15.825,00
Família 4	30550,33	4,5	28.485,00
Família 5	10.853,42	2,5	15.825,00
Família 6	9.223,79	2,5	15.825,00
Família 7	17.507,47	3,1	19.623,00
Família 8	13485	2,1	13293,00
Família 9	18.980,69	2,5	15.825,00
Família 10	6.845,53	2,5	15.825,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Considerando a renda global ou total, também só 30 % das famílias se viabilizam economicamente.

5.5. Perspectiva para os jovens no meio rural

Quanto ao questionamento sobre a permanência dos jovens na propriedade e sobre a perspectiva dos mesmos no assentamento, é considerável refletir sobre as respostas dadas pelas famílias. Em três famílias algum dos filhos saiu para estudar ou para trabalhar, enquanto nas outras propriedades continuavam os jovens morando e ajudando na produção. A maioria dos jovens que ficavam apresentaram idade entre 12 e 15 anos. Eles dedicavam a metade do tempo para ajudar nas atividades da propriedade e também estudavam.

Enquanto as perspectivas que os pais enxergavam para os jovens ficarem no meio rural, é bastante negativo já que percebem que não se tem políticas agrícolas para que eles permaneçam, a saída do campo se torna uma alternativa para eles estudarem e se empregarem.

[...] políticas agrícolas que têm hoje, não tem como manter os jovens. A renda não é suficiente para tu manter o jovem. Só se mudar! Com o apoio do governo, tudo pode ser que mude, senão eles tem que estudar e quando for se formam no segundo grau, tem que sair a procurar

serviço. Para poder se manter no interior esta difícil.(família 2)

A juventude na lavoura... na verdade eles não tem nenhuma alternativa... mais na situação que está hoje né. Não eles têm que procurar outros caminhos, né, de estudar e tentar um emprego, né, ...na agricultura, infelizmente para o jovem não se tem nada hoje.(família 3)

E também se opinou sobre a influência dos estudos para não seguir no campo:

Agora expectativa pra frente, minha filha. Ela por exemplo, assumir uma produção de leite não, pelo menos não pensa isso; horta também não. Eu acredito que o estudo que ela recebe... influenciada pra não assumir isso.(família 6)

Na maioria das propriedades ainda se manteve algum jovem já que é menor de idade e ainda está estudando, mas não se sabe até quando.

5.6. Sobre as linhas políticas na produção do MST

As famílias foram questionadas com relação a adesão e prática dentro das linhas políticas de produção do MST, sobre o que sabem dessas linhas e se na propriedade o trabalho realizado considera tais condutas. Considerando também os dados levantados sobre a produção nessas propriedades, pode se chegar as seguintes conclusões:

- Sobre a produção de alimentos sadios, livre de agrotóxicos e de transgênicos, adesão total. Todas as famílias declaram produzir para o consumo da família, sem agrotóxico (ou veneno), utilizando adubação orgânica, produzido na propriedade. Não se fala sobre o uso de soja transgênica, nem o pacote de insumos que utilizaram na lavoura, mas eles declaram que essas políticas estão corretas.

-São a favor da diversificação da produção, principalmente para consumo. Consideram importante ter uma renda mensal.

- Sobre as práticas agroecológicas, novamente consideram que o trabalho é conduzido no manejo orgânico, para a produção de consumo das famílias. Apesar disso, acham muito difícil, hoje, plantar de forma orgânica, já que a contaminação por transgênicos e agrotóxicos é muito grande.

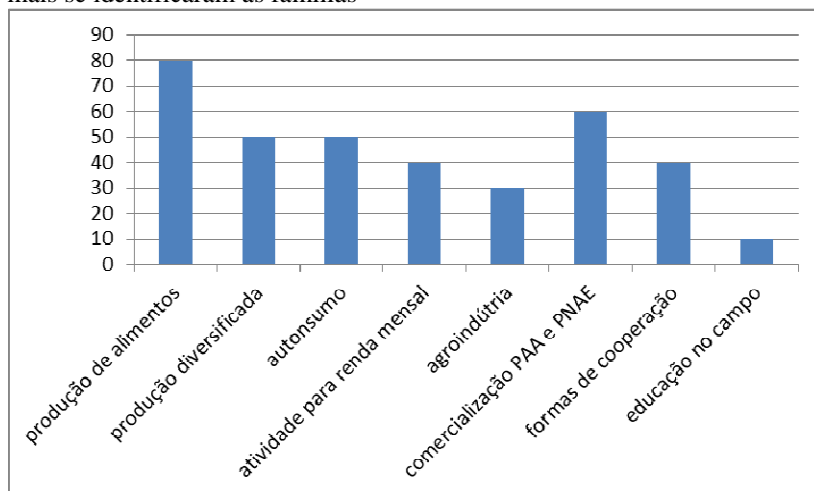
- Sobre formas de cooperação, se teve uma adesão muito grande com respeito à cooperativa do movimento na região. Acreditavam que seria bom organizar de novo o povo, para fazer mutirões, cooperação no trabalho. Como foi citado por um dos assentados, “as famílias ficam fechando os olhos do que acontece por fora, cada um fica com suas vaquinhas [...]”. (família 8)

- Também houve adesão nas políticas de comercialização para programas do fome zero, como os PAAs e PNAE.

- alguns dos entrevistados questionaram o acompanhamento por parte do movimento na aplicação dessas linhas nos assentamentos.

- Existe grande expectativa na agroindústria, que é a cooperativa ligada no movimento.

Gráfico 5 : Linhas políticas do MST com respeito à produção com as quais mais se identificaram as famílias



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

6. Considerações finais

As principais mudanças ocorreram nas atividades agrícolas, pois apresentou melhoria na atividade leiteira, demonstrado pelo tipo de investimento, sendo considerada a atividade que garante a renda mensal da família, pois fazendo o comparativo com a soja, para 80 % das famílias a atividade leiteira deu maior retorno por hectare que a soja e 70 % das famílias tiveram maior retorno por mês que com a soja. Isto quer dizer que se as famílias se dedicassem somente a esta atividade agrícola, não teria garantida uma renda mensal como é no caso da atividade leiteira, por mais que a cultura da soja tenha bons resultados econômicos. Também se observou uma maior participação na comercialização de produtos oriundos da horta e de excedentes.

As orientações e informações para as mudanças aconteceram através dos técnicos ligados ao movimento ou não, pelas cooperativas, associações, sindicatos, através das visitas às propriedades, cursos, palestras e também pela própria vivência e experiência da família.

As maiores dificuldades encontradas para garantir a renda para a família foram as possibilidades de financiar, a influência do clima nas atividades produtivas, a oscilação do preço dos produtos, e a adaptação as novas tecnologias.

Percebeu-se adesão das famílias às políticas de produção do MST, com relação a produzir alimentos sadios e livres de agrotóxicos e de transgênicos, na produção para o consumo da família; a diversificação da produção; a ter uma renda mensal, através de cooperativa dos assentados ligada à agroindústria e outras associações.

Sobre as práticas agroecológicas que respeitem o meio ambiente, as famílias declaravam ter conhecimento e adesão às mesmas, na prática não são todas as linhas políticas de produção que acontecem. Analisando como produzem principalmen-

te as culturas da soja e milho, se contradizem. É possível perceber que para aqueles que já produziram orgânicos, que já tiveram alguma experiência na produção orgânica, é muito difícil voltar a produzir de maneira convencional, considerando que o agrotóxico e o transgênico contaminaram o ambiente.

Por fim, comparando o valor agregado líquido de cada propriedade, com os dados referentes a 2006-2007, todas as famílias melhoraram e conseguiram garantir um salário mínimo, para cada pessoa que trabalha na propriedade.

Analisando a renda agrícola, a qual considera as dívidas, principalmente em investimentos na atividade agrícola, só 30% das famílias, depois de pagar as dívidas, conseguiram garantir um salário mínimo por pessoa que trabalha na propriedade.

As como possíveis razões da não adesão às políticas nacionais na produção do MST, a frustração das famílias que participavam na produção orgânica, justifica-se pela falta de valorização e diferenciação do produto orgânico do convencional ou transgênico, a falta de mão de obra, falta de alternativas que sejam o contraponto à produção convencional como incentivo à produção orgânica de grãos, estrutura para garantir a não contaminação com a produção convencional, garantia de comercialização.

Como balizamentos para atuar na região rumo às políticas delineadas pelo MST caberia retomar a experiências em agroecologia, relacionadas a atividade leiteira, como renda mensal e convertendo a monocultura para rotação de cultivos, consorciações e integração lavoura e pecuária.

7. Referencias

AFONSO, João Batista. A reforma agrária no governo Lula-Parte I. Marabá, 2011. Disponível em www.mineracaosudesteparaense.wordpress.com. Acesso em 11/07/2011.

BAEZ, Alejandra Anahí. A diversificação da produção como forma de resistência no campo: o caso das famílias do assentamento encruzilhada natalino fase IV. 2008. 68 f. monografia (Especialização em Agroecologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

BAVARESCO, Pedro Antonio. “Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul.” In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar-realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 255-315

BONAVIGO, Elizabete; BAVARESCO, Pedro Antônio. “Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo” In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho. 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 31-50.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 448 p.

CNI-PIB industrial. Estimativa para 2010-2011 salário mínimo. Disponível em www.salariominimo.net. Acesso em 11/07/2011.

CREHNOR. História. Disponível em www.crehnor.com.br. Acesso em 20/09/2011.

EMATER, Escritório de Pontão. Diagnóstico da realidade de Pontão. Pontão, 2004.

Fundação de economia e estatística (FEE). Disponível em www.fee.tcche.br . acesso em 10/07/2011.

FILHO, Jose Brandt Silva. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em www.ceplac.gov.br. Acesso em 10/07/2011.

GUZMAN, Eduardo Sevilla, MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

IBGE. Cidades. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso em 16/06/2011.

LIMA, Arlindo J. Prestes de. *Et al.* **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 3º edição, 2005. 224 p.

MARCON, Telmo. “Experiência, memória e ação política: contribuições do Acampamento Natalino.” In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho. 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 13-29.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

Programa troca-troca. Disponível em www.humata-rs.com.br. Acessado em 10/07/2011

REZENDE, Gervasio Castro. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Texto para discussão nº648. IPEA, 1999. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 10/07/2011.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980**. Porto Alegre: EST, 2007. 160 p.

SKORUPA, Ladislau Araújo. Áreas de preservação permanente e Desenvolvimento Sustentável. Jaguariúna, 2003. Embrapa Meio Ambiente. Disponível em www.agencia.cnptia.embrapa.br. Acesso em 20/09/2011.

Anexo 1

Depoimentos sobre as mudanças

A mudança de trabalho da Ana, né. Que ela saiu de um emprego que ela tinha fixo e veio pra lavoura, aí foi feito horta, alimentação pra fome zero e mudada a produção de leite que ficou só pra nós, né. Horta e produção de leite foi essa a mudança da propriedade mesmo. (família 6)

Houve mudanças, por exemplo, o manejo das vacas, modificou o piqueteamento também, houve mudanças, né, solo... a gente mexia o solo com a pastagem agora a gente faz todo plantio direto tanto de inverno como de verão. Hoje nos estamos também com mais número de vacas; a gente sempre de mantem na atividade, né. E dentro dessa atividade eu estou e a família toda; nós estamos, assim, realizando. Nós vinha de umas dívidas acumuladas e agora a gente, por mais que ficamos só na atividade do leite, aí conseguimos diminuir essa dívida. Devíamos ainda né, mas já menos, do que nós devia. (família 8)

“não é o que a gente queria”(família 2), “podia estar melhor”(família 4), “Se fosse que essa renda fosse permanente e não tivesse esses altos e baixos nos preços, não seria mau”(família 10), “Lucro sobra alguma coisa, tu consegue sobreviver com alimentação boa, saudável, pelo menos, né. A gente está dando estudo pra piizada. Tá tentando de fazer o que é melhor. Só que uns dois ou três anos pra nós saber se estamos dando retorno mesmo pra nos, pagando todas essas contraiadas mais 2 anos pra dar o pique.”(família 6)

Anexo 2 questionário utilizado

Levantamento dados das Unidades de Produção

1- Identificação

1.1 - Constituição da família

Nome	Idade	Tempo dedicado à UPA

1.2– Participação de algum grupo/organização:

2 – Características gerais da UPA

2.1 – Arrendada de terceiros:

2.2 – Arrendada para terceiros:

2.3 - Utilização da área:

Atividade	Área (há)
Lavoura	
Horta /horta pomar-benfeitorias	
Área preservação permanente	
Pastagem permanente	
Pastagem anual de verão	
Pastagem anual de inverno	
Reflorestamento	

2.4 – benfeitorias: houve alguma aquisição de material, equipamentos ou construção de benfeitorias nos últimos cinco anos?

2.5 – Rebanhos

Bovinos	Nº de cabeças	Valor /cab.
Vacas		
Nov. +2 anos		
Nov. 1-2 anos		
Terneiras		
Terneiros		
Touros		
Bois engorda		
	N ° de cabeças	Valor/cab.
Suínos		
	Nº de cabeças	Valor/cab.
Aves		
Outras cria- ções	Descrição	Valor/cab.
cabritos		

2.6 - produção

2.6.1 – Produção Vegetal (lavoura, horta comercial e pomar comercial, reflorestamento)

[illegible]

2.6.2 – Produção animal

Produto	um.	Venda	Consumo	Total produz.	Valor unitário	Total
leite	litro					
ovos	duzia					
carne de gado	kg					
carne suíno	kg					
peixe	kg					
carne aves	kg					
Total						

2.6.3 – tem algum desses produtos que precisa comprar em alguma época do ano? qual produto e qual época?

2.6.4 – tem algum produto da agroindústria (queijos, pães, salame, doces e conservas) que é produzido para comercializar?

2.6 – Outras entradas (salários, bolsas, aposentadorias, etc.):

2.7 - Consumo intermediário

2.7.1 – Vegetal

Itens	um.	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Semente				
Soja	kg			
Milho	sc			
Subtotal				
Adubo químico				
Soja	sc			
Milho	sc			
uréia				
milho	sc			
Subtotal				
Adubo				
Subtotal				
Calcáreo				
Herbicidas				
Soja				
Milho				
Subtotal				
Fungicidas/formicida				
Soja				
Subtotal				
Insecticidas				
Subtotal				
h/maq plantio				
plantio/sec soja				
plantio milho				
Subtotal				
dessecar				
tratamentos				
óleo passar uréia				
Subtotal				
Colheita				
soja				

2.8.2 – Animal

Itens	um	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Ração/concentrado				
G. leite	kg			
Suínos	sc			
Aves	sc			
Aves	sc			
Subtotal				
Farelo/resíduo				
G. leite	kg			
Suínos	kg			
Subtotal				
Feno	fardo			
Silagem	kg			
esterco liquido de suino	carga			
cama de aviário	tn			
adubo orgânico	sc			
Subtotal				
Sal mineral	kg			
sal comum	kg			
Subtotal				
Produtos veterinários				
Grãos para alimentação				
sementes pastagens				
brachiaria	kg			
milheto	kg			
Inverno aveia	kg			
centeio	kg			
Subtotal				
Horas máquinas(plantio)	hs			
óleo	litro			
Adubo químico	sc			
ureia	sc			
Subtotal				
Calcáreo	tn			
total				

2.9 Amortização

Parcelas de empréstimos ou financiamentos pagos no ano.

Outros gastos

3 – houve mudanças nas atividades desenvolvidas nestes últimos cinco anos?

3.1 – se sim, quais?

3.2 – Quem te orientou para a manutenção ou conversão no sistema?

3.3 – e como essas informações chegaram a você?

3.4 – você acha que da maneira como está produzindo a renda é garantida?

3.4.1 – se não, por quê?

3.4.2 – Quais as dificuldades para a mudança?

4- antes tinha jovens na unidade de produção e agora?

5 – Sabia que existem as linhas políticas de produção do Movimento como produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e de transgênico, produção diversificada para autoconsumo e também atividades que garantam renda mensal, práticas agroecológicas que respeitem o meio ambiente, agroindústria, participação na venda de produtos para combater a fome no país como merenda escolar, e projetos da CONAB, formas de cooperação, educação no campo.

O que você sabe disso, e aqui na sua propriedade esta dentro dessa linha?